



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Posição: 30.06.2011



Demonstrações Financeiras

BANCO

Posição: 30.06.2011

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º semestre de 2011

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) contratou no primeiro semestre de 2011 um total de 1,5 milhão de operações no montante de R\$ 9,5 bilhões. Esse valor representou um crescimento de 12,4% em relação ao mesmo semestre de 2010. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 4,7 bilhões, enquanto que os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 4,4 bilhões. As operações de Mercado de Capitais somaram R\$ 389,0 milhões. Dentre as fontes de recursos utilizadas pelo Banco, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi responsável por R\$ 4,5 bilhões dos financiamentos concedidos – o que demonstra a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Neste primeiro semestre o FNE esteve presente com financiamentos em 1.963 municípios dos 1.989 municípios da sua área de atuação, abrangendo portanto 98,7% em termos espaciais.

Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou no semestre quase 1,2 milhão de operações no valor global de R\$ 1,6 bilhão, representando crescimento de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R\$ 1,2 bilhão com crescimento de 25,2%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 599,4 milhões com 27,6% de crescimento.

A carteira de crédito rural do BNB apresentou ao final do semestre um saldo de R\$ 16,8 bilhões, correspondendo à segunda maior carteira rural no país, ficando atrás somente do Banco do Brasil que tem atuação nacional. O Banco apresentou em março de 2011 na sua carteira de crédito, englobando os recursos do FNE, saldo de R\$ 41,5 bilhões, situando-se em 9º lugar no *ranking* deste saldo dos maiores bancos no país. O BNB continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde atua – região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 65,4% do total. No saldo de curto prazo a participação do Banco é de 6,8% e no crédito rural essa participação alcança 71,9%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações Globais

As contratações globais do BNB cresceram 12,4% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, somaram R\$ 9,5 bilhões e foram responsáveis pela contratação de 1,5 milhão de operações. Somando R\$ 9,1 bilhões e com crescimento de 11,5%, os créditos contratados são divididos em financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos,

com R\$ 4,7 bilhões e expansão de 7,8%, e empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, no valor de R\$ 4,4 bilhões e expressivo crescimento de 15,7%.

OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	1º sem. 2010		1º sem. 2011		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	1.179.575	8.189,4	1.500.254	9.131,0	11,5%
• Longo Prazo ⁽¹⁾	185.189	4.346,6	212.531	4.684,1	7,8%
• Curto Prazo ⁽²⁾	994.386	3.842,8	1.287.723	4.446,9	15,7%
Mercado de Capitais	4	265,0	4	389,0	46,8%
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	5	14,6	-	-	-100%
Total	1.179.584	8.469,0	1.500.258	9.520,0	12,4%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Nos últimos anos o BNB vem trabalhando com maior ênfase em segmentos de negócios, com reflexos positivos no seu desempenho operacional, notadamente no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, reforçando, assim, o seu papel como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes.

No primeiro semestre de 2011, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 25,2% com aplicação de R\$ 1,2 bilhão. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 599,4 milhões com expansão de 27,6%. A atuação do BNB em microcrédito cresceu 36,6% no semestre quando foram aplicados R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,3 bilhão no microcrédito urbano e R\$ 327,3 milhões no setor rural. O Crédito Comercial e Câmbio cresceu 7,9% com a contratação de R\$ 3,2 bilhões em empréstimos.

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R\$ milhões)

Programa / Segmento	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	951,1	1.190,7	25,2%
Agricultura Familiar (Pronaf)	469,8	599,4	27,6%
Microcrédito do BNB	1.176,9	1.608,1	36,6%
• Urbano (programa Crediamigo)	907,7	1.280,8	41,1%
• Rural (programa Agroamigo)	269,2	327,3	21,6%
Crédito Comercial e Câmbio	2.935,1	3.166,1	7,9%

A divisão por setor econômico dos valores das operações de crédito contratadas no semestre evidenciou crescimento em três dos quatro setores. O maior crescimento aconteceu no setor de comércio e serviços com 24%, seguido do rural com 14,9% e do infraestrutura com expansão de 10,7%. Em termos de valor o setor de comércio e serviços contratou R\$ 4,3 bilhões representando 46,7% do total dos créditos contratados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Rural	1.649,4	1.895,6	14,9%
Industrial	2.442,0	2.243,4	-8,1%
Infraestrutura	659,4	729,7	10,7%
Comércio/Serviços ⁽¹⁾	3.438,6	4.262,3	24,0%
Total	8.189,4	9.131,0	11,5%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

O valor total das operações de crédito contratadas no primeiro semestre de 2011 com os mini, micro e pequenos produtores rurais e empresas apresentou o maior crescimento entre os portes de clientes, com 31,4% a mais do que no mesmo semestre do ano anterior. Com o montante de R\$ 3,5 bilhões no semestre essa categoria representou 42,1% das contratações de mini até grande, significando expressivo aumento de 17,8% em comparação aos 35,7% da participação desse segmento no primeiro semestre de 2010. As operações com os clientes classificados como médio cresceram 26,8% enquanto que a categoria grande reduziu suas aplicações em 7,6%. Esses resultados refletem o esforço do Banco no atendimento prioritário aos mini, micro e pequenos clientes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE (R\$ milhões)

Porte	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Mini/Micro/Pequeno	2.689,2	3.534,9	31,4%
Médio	1.139,9	1.445,1	26,8%
Grande	3.700,9	3.421,3	-7,6%
Mini até Grande	7.530,0	8.401,3	11,6%
Infraestrutura	659,4	729,7	10,7%
Total	8.189,4	9.131,0	11,5%

O BNB tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. Com as operações de curto prazo, o BNB contratou R\$ 4,4 bilhões no primeiro semestre de 2011 – um acréscimo de 15,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS (R\$ milhões)

Produto	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Crédito Comercial	2.608,1	2.645,8	1,4%
Câmbio ⁽¹⁾	327,0	520,3	59,1%
Crediamigo	907,7	1.280,8	41,1%
Total	3.842,8	4.446,9	15,7%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamento no primeiro semestre de 2011 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 4,5 bilhões, com crescimento de 9,5% em relação ao montante verificado no mesmo semestre de 2010. Entre os setores, o maior crescimento no semestre foi verificado no setor rural com 21,1% e um valor contratado de R\$ 1,7 bilhão, montante que representa 38,4% do total contratado pelo FNE. Outro setor com expressivo crescimento foi o de comércio/serviços com 19,3% e R\$ 1,1 bilhão de valor contratado. A normalização da disponibilidade de linhas externas no mercado financeiro pós-crise financeira internacional teve como consequência a queda na demanda do programa Nordeste Exportação (NExport) pelas empresas agroindustriais, ocasionando redução de 19,7% nas contratações desse setor agroindustrial no semestre com recursos do FNE.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Rural	1.425,3	1.726,3	21,1%
Agroindustrial	128,2	103,0	-19,7%
Industrial	914,5	789,3	-13,7%
Infraestrutura	659,4	714,1	8,3%
Turismo	83,8	96,6	15,3%
Comércio/Serviços	890,1	1.061,7	19,3%
Total	4.101,3	4.491,0	9,5%

Os financiamentos voltados para os mini e pequenos produtores rurais (aqueles com receita agropecuária bruta anual até R\$ 300 mil) e para as micro e pequenas empresas (com receita operacional bruta anual até R\$ 2,4 milhões) somaram R\$ 1,5 bilhão e cresceram 31,5% no semestre.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE (R\$ milhões)

Porte	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Mini/Micro/Pequeno ⁽¹⁾	1.163,9	1.530,3	31,5%
Médio ⁽¹⁾	689,2	694,0	0,7%
Grande ⁽¹⁾	1.588,8	1.552,6	-2,3%
Mini até Grande	3.441,9	3.776,9	9,7%
Infraestrutura	659,4	714,1	8,3%
Total	4.101,3	4.491,0	9,5%

(1) Classificação dos beneficiários (setor rural) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita agropecuária bruta anual: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. Classificação dos beneficiários (demais setores) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita operacional bruta anual: Micro – até R\$ 240 mil; Pequeno – acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2,4 milhões; Médio – acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande – acima de R\$ 35 milhões.

SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

A segmentação de negócios implementada nos últimos anos pelo Banco permitiu que vários programas e segmentos passassem a contar com uma dinâmica e acompanhamento diferenciados para uma maior produtividade e, conseqüentemente, ampliação da participação do BNB nesses negócios.

Microcrédito do BNB

O BNB tem expandido sua atuação nesse importante segmento de microcrédito que cresce a cada dia no país. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas atuam também em sintonia com a estratégia do Governo Federal de redução da pobreza e inclusão social viabilizada por meio de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. No primeiro semestre de 2011 o valor global dos financiamentos de microcrédito do BNB, de R\$ 1,6 bilhão, cresceu expressivos 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No semestre foram quase 1,2 milhão de operações.

MICROCRÉDITO DO BNB (R\$ milhões)

Microcrédito	1º sem. 2010		1º sem. 2011		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	729.922	907,7	1.006.185	1.280,8	41,1%
Rural (programa Agroamigo)	150.864	269,2	173.292	327,3	21,6%
Total	880.786	1.176,9	1.179.477	1.608,1	36,6%

Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. No primeiro semestre de 2011 o Crediamigo realizou 1.006.185 operações com valor desembolsado de R\$ 1,3 bilhão, representando crescimento de 41,1% em relação ao mesmo semestre de 2010, quando foram desembolsados R\$ 907,7 milhões. O crescimento da Carteira Ativa no semestre foi de 13,5%, chegando a um saldo de R\$ 842 milhões. A quantidade de Clientes Ativos cresceu 19,8%, passando de 737,8 mil ao final de 2010 para 883,7 mil ao final do semestre. A capacidade operacional do Crediamigo vem crescendo a cada dia alcançando uma média de 8.114 operações contratadas diariamente durante o primeiro semestre de 2011, o que significa um crescimento de 36,7% em relação à média diária de 5.934 operações durante o mesmo período de 2010.

Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do BNB que tem como objetivo qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que preconiza o atendimento de forma rápida e desburocratizada, possibilitando concessão de microcrédito rural às famílias de menor nível de renda no meio rural. No primeiro semestre de 2011 foram realizadas 173.292 operações com o Agroamigo envolvendo recursos no montante de R\$ 327,3 milhões, significando crescimento de 21,6% em relação

ao mesmo período de 2010. O valor médio por operação foi de R\$ 1.888,72 no período. Ao final do semestre a Carteira Ativa do Agroamigo registrou saldo de R\$ 923,4 milhões e era composta de 699.501 clientes, dos quais 47% eram mulheres, demonstrando assim a importância da mulher na agricultura familiar.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar, que no Nordeste do Brasil representa 89,1% dos estabelecimentos rurais da região correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares. Estão ocupados no Nordeste nesse segmento econômico 6,4 milhões de pessoas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma Carteira Ativa, em 30 de junho de 2011, de R\$ 4,6 bilhões, correspondendo a 1,3 milhão de operações. Neste semestre o Banco contratou 193.923 operações no montante de R\$ 599,4 milhões com agricultores familiares, representando crescimento de 27,6% em relação ao mesmo período de 2010. Dos valores contratados, 65% foram concedidos na região semiárida.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

O BNB atua com os Mini e Pequenos Produtores Rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, o Banco promove a inclusão financeira e social, assim como a melhoria de renda dos clientes desse segmento. Durante o primeiro semestre de 2011 o BNB contratou 4.769 operações que somaram R\$ 235,6 milhões com os mini e pequenos produtores rurais, exceto o público enquadrado no Pronaf. A Carteira Ativa alcançou o valor de R\$ 4,2 bilhões, correspondendo a 179,9 mil operações.

Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

No primeiro semestre de 2011, o BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) o montante de R\$ 1,5 bilhão em linhas de crédito de curto e longo prazos. No mesmo período foram contratadas 52.847 operações de crédito com 16.669 clientes no valor total de R\$ 1,2 bilhão, correspondendo a um crescimento de 25,2% em relação ao primeiro semestre de 2010. Dentre as ações que contribuíram para os resultados obtidos no primeiro semestre de 2011 merecem destaque: veiculação da versão 2011 da campanha publicitária às MPEs; expansão dos negócios com franquias, com a habilitação de 36 novas marcas em 2011; participação do BNB na ABF Expo Franchising 2011; e criação do Programa FNE – Empreendedor Individual.

Negócios com médios e grandes clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem o segmento clientes produtores rurais com faturamento anual superior a R\$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R\$ 2,4

milhões e R\$ 200 milhões. O segmento de negócios *Corporate* gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. No período foram contratadas 127 operações no segmento *Corporate* no valor total de R\$ 2,1 bilhões.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Durante o primeiro semestre de 2011, foram contratadas quatro operações que demandaram recursos do FNE na ordem de R\$ 430,0 milhões. Relacionado ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em consonância com os órgãos de controle externo, durante o primeiro semestre de 2011, o Banco contratou três operações com recursos do FNE - Proatur, totalizando R\$ 11,2 milhões.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos, somaram R\$ 2.645,8 milhões no primeiro semestre de 2011 e compreenderam os seguintes produtos: Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro, com R\$ 911,1 milhões; Desconto de Títulos, com R\$ 455,4 milhões; e Contas Garantidas, com R\$ 1.279,3 milhões.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

No primeiro semestre do ano de 2011 ocorreu incremento de 45% no total contratado de operações de financiamento ao comércio exterior, em comparação com igual período de 2010. Foram alocados R\$ 792 milhões pelas diversas fontes de financiamento ao comércio exterior operacionalizadas pelo Banco. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias, como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE), Financiamento à Importação (Finimp) e garantias internacionais. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o primeiro semestre de 2011 atingiu a cifra de R\$ 2,4 bilhões, entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Mercado de Capitais

O BNB vem auxiliando as empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, promovendo assim a diversificação das fontes de recursos, contribuindo com a profissionalização e fortalecimento da governança corporativa das empresas e estimulando o desenvolvimento da Região. No primeiro semestre de 2011 o Banco participou da estruturação de operações de renda fixa no valor de R\$ 389 milhões. Com essa atuação, o BNB atingiu a 9ª posição no *ranking* nacional de Originadores de operações de

renda fixa do mercado de capitais brasileiro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término do primeiro semestre de 2011, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 4,3% em relação ao final de 2010 (vide tabela Ativos Globais). Nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.428 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 2.780 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 1.020 milhões) de dezembro de 2010 para junho de 2011 está representado, preponderantemente, pelo aumento do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento foi possível em função do aumento dos ingressos líquidos de recursos do FNE e da elevação no volume de depósitos do Finor e de depósitos para reinvestimentos, além da retenção de lucros, ocorridos no primeiro semestre de 2011.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, decresceram 2,5% no primeiro semestre de 2011 (vide tabela Operações de Crédito por Setor), com destaque para as seguintes movimentações: acréscimo de R\$ 107 milhões nos saldos de operações de crédito do Programa Crediamigo (R\$ 878 milhões em 30.06.2011, contra R\$ 771 milhões em 31.12.2010); decréscimo de R\$ 315 milhões nas operações de aquisição de créditos consignados com a coobrigação do banco cedente (R\$ 441 milhões em 30.06.2011 e R\$ 756 milhões em 31.12.2010); acréscimo de R\$ 244 milhões em operações de financiamento à infraestrutura (R\$ 1.670 milhões em 30.06.2011, ante o valor de R\$ 1.426 milhões em 31.12.2010); e redução de R\$ 685 milhões em financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1.276 milhões em 30.06.2011, contra R\$ 1.961 milhões em 31.12.2010), em virtude de transferência para contas de compensação, por se tratarem de operações de crédito com recursos do Fundo de Terra, Incra-Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras indevidamente registradas em contas patrimoniais.

No primeiro semestre de 2011, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 6,7% (vide tabela Ativos Globais), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2011, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 2.626 milhões, contra R\$ 2.034 milhões ingressados no primeiro semestre 2010. Os reembolsos de operações de crédito do âmbito do FNE no primeiro semestre em 2011 (R\$ 3.055 milhões) foram superiores aos R\$ 2.548 milhões no mesmo período de 2010. Quando são comparadas as posições de 30.06.2011 e 31.12.2010, percebe-se um acréscimo de 5,7% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE.

Destaca-se, em relação aos recursos do FNE, redução no saldo de disponibilidades no valor de R\$ 468 milhões, e elevação em recursos

comprometidos com operações de crédito do Fundo em R\$ 1.024 milhões no primeiro semestre de 2011, comparados com a posição de 31.12.2010.

ATIVOS GLOBAIS (R\$ milhões)

Discriminação	BNB			FNE		
	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Disponibilidades(*), Aplicações Interfinanceiras e TVM	9.092,4	11.721,3	12.650,7	809,1	1.896,5	1.428,1
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	-	2.532,2	1.756,6	2.780,8
Relações Interfinanceiras	282,4	271,0	336,7	1.275,3	1.331,4	1.376,5
Operações de Crédito - Retificado por Provisões	8.963,8	10.134,9	9.878,7	26.809,2	28.337,4	29.961,0
Outros Créditos - Retificado por Provisões	1.315,6	1.450,8	1.718,3	2,6	3,1	2,0
Outros Valores e Bens	8,9	13,7	22,0	1,5	1,5	1,5
Permanente	191,1	192,1	196,8	-	-	-
Total	19.854,2	23.783,7	24.803,2	31.429,9	33.326,6	35.549,8

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2011, correspondia a R\$ 8.709 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 943 milhões (12%) em relação à 31.12.2010, quando totalizava R\$ 7.766 milhões. Essa variação pode ser explicada pela própria atualização da Carteira de Títulos, bem como pelo acréscimo no item Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional, ocasionada em função da elevação das disponibilidades do FNE. Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento. No primeiro semestre de 2011 não foram efetuadas reclassificações dos Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias acima, assim como não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens totalizavam, em 30.06.2011, sem a dedução de provisões, R\$ 42.102 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 10,5%, em relação à posição de 30.06.2010.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	28.109	29.556	31.076
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	5.945	6.248	6.106
Captações Externas (Câmbio)	483	553	635
Poupança BNB	443	238	204
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	670	654	626
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	676	988	1.136
Crediamigo (Fonte: Bird, FAT, DIM e Recursos Internos)	596	771	878
Fundo de Terras/Reforma Agrária (*)	551	571	-
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	264	254	465
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	80	81	80
Incra - Conta Fundiária (*)	70	71	-
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	55	59	60
FNE-Repasse Lei 7.827 Art 9º, "a" (Dívida Subordinada)	127	782	830
FRT (Fundo Rotativo de Terras) (*)	12	13	-
Outras	5	5	6
Total	38.086	40.844	42.102

(*) Saldos transferidos para contas de compensação

Os saldos das operações de crédito do BNB por setor ao final dos primeiros semestres de 2010 e 2011, demonstrados na tabela a seguir, evidenciam destaque para o crescimento de 50% na carteira de créditos destinados à infraestrutura e desenvolvimento, passando a representar 15,9% das aplicações em operações de crédito do Banco. O setor de indústria, comércio e serviços representa 65,7% do saldo de operações de crédito do BNB, enquanto o setor rural e agroindustrial representa 12,1%. Em relação às operações de crédito do FNE por setor, comparando-se os finais dos primeiros semestres de 2010 e 2011, destacam-se: o crescimento de 29,4% no setor da infraestrutura e desenvolvimento, o qual passou a representar 15,8% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o aumento de 17,6% na carteira destinada aos financiamentos à indústria, comércio e serviços, a qual representa 33% dos saldos globais de operações de crédito do FNE. Os financiamentos rurais apresentaram crescimento de 2,6%, com participação de 50% dos créditos totais.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R\$ milhões)

Discriminação	BNB		FNE			
	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Operações de Crédito	8.963,8	10.134,9	9.878,7	26.809,2	28.337,4	29.961,0
• Operações de Crédito	9.512,3	10.715,8	10.515,1	28.109,0	29.556,0	31.076,0
⊖ Indústria, Comércio e Serviços	5.707,9	6.771,2	6.913,6	8.780,6	9.420,5	10.329,1
⊖ Rurais e Agroindustriais	2.124,5	1.961,0	1.276,2	15.149,9	15.419,8	15.548,1
⊖ Infraestrutura e Desenvolvimento	1.114,1	1.426,1	1.669,7	3.805,0	4.392,3	4.923,4
⊖ Refinanciamentos	526,8	533,2	525,0	-	-	-

Discriminação	BNB			FNE		
	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
○ Financiamento à Exportação	-	-	-	373,4	323,4	275,4
○ Outras	39,0	24,3	130,6	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(548,5)	(580,9)	(636,4)	(1.299,8)	(1.218,6)	(1.115,0)
Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito	432,5	499,9	503,6	-	-	-
• Outros Créditos	464,3	571,9	511,1	-	-	-
○ À Importação e Exportação	444,5	529,1	504,3	-	-	-
○ Outras	19,8	42,8	6,8	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31,8)	(72,0)	(7,5)	-	-	-
Total	9.396,3	10.634,8	10.382,3	26.809,2	28.337,4	29.961,0

Origem de Recursos

De dezembro de 2010 a junho de 2011, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 5,3%, conforme a tabela a seguir.

ORIGEM DE RECURSOS (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Depósitos à vista	177	134	153
Depósitos de poupança	1.086	1.289	1.354
Depósitos a prazo	5.072	6.386	6.567
• FAT	355	687	550
• Finor	145	95	241
• Reinvestimentos Lei nº 8.167	328	353	506
• CDB	4.244	5.251	5.270
Depósitos Interfinanceiros e Outros	532	701	742
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.344	3.656	4.211
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.468	1.687	1.134
• BNDES e Finame	814	986	1.133
• Outras Instituições	654	700	1
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	757	729	702
Obrigações por Empréstimos	479	507	598
Captações no Mercado Aberto	456	524	773
Emissão de Títulos no Exterior	0	485	457
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	376	493	372
Passivos Contingentes	1.356	1.433	1.534
• FNE	1.103	1.178	1.249
• Causas Cíveis e Outras	100	93	111
• Causas Trabalhistas	153	162	174
Provisões Sociais e Estatutárias	68	131	181
Pagamentos a Efetuar	1.194	1.054	1.074
• Benefícios pós-emprego (Deliberação CVM 600)	1.077	925	919
• Outros	117	129	155

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.050	1.102	1.157
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida		1.004	1.074
Outras Obrigações	378	292	414
Total das Obrigações para com Terceiros	17.793	21.607	22.497
Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
Patrimônio Líquido	2.061	2.177	2.306
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	19.854	23.784	24.803
Recursos FNE (demais)	27.036	28.569	30.300
Total	46.890	52.353	55.103

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 30.06.2011, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.305,7 milhões (R\$ 2.177,3 milhões, em 31.12.2010) e um capital social de R\$ 2.010,0 milhões (R\$ 1.850,0 milhões em 31.12.2010), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB no primeiro semestre de 2011 importou em R\$ 300,7 milhões, montante 173% superior ao apresentado no mesmo período em 2010 (R\$ 110,1 milhões). O lucro líquido por ação, que em 30.06.2010 era R\$ 1,26, passou, em 30.06.2011, para R\$ 3,46. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio, em 30.06.2011, foi de 28,49% a.a. Esse índice foi de 14,87% a.a. em 31.12.2010 e de 10,87% a.a. em 30.06.2010.

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 30.06.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do BNB foi de 17,23% (13,78% em 30.06.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.515,8 milhões (R\$ 3.067,8 milhões em 30.06.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.833,3 milhões em 30.06.2011 (R\$ 2.432,6 milhões em 30.06.2010). Em julho de 2009 e em junho de 2010, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital de nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o BNB e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1 bilhão, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central

autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

Avaliação de Risco Internacional e Local – Rating

No primeiro semestre de 2011 as três principais agências internacionais de *rating* elevaram o conceito do BNB. A *Moody's Investors Service* atribuiu, em 2010, o grau de investimento em escala global ao BNB. No final do primeiro semestre de 2011 a Agência elevou o *rating* do BNB para Baa2 em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para *Prime-2* para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a agência manteve o *rating* de Aaa.br de longo prazo e BR-1 de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva estável. A *Fitch* também atribuiu, em 2010, o grau de investimento em escala global ao BNB. Já no primeiro semestre de 2011, os *ratings* atribuídos ao BNB foram melhorados, onde o IDR de Longo Prazo em moeda estrangeira e em moeda local ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDR's de curto prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'F2'. O *rating* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do BNB para o desenvolvimento da região Nordeste do país. Já a *Standard & Poor's* alterou no primeiro semestre de 2011 a perspectiva do BNB na escala global em moeda estrangeira de "estável" para "positiva", ficando o *rating* BBB-/Positiva/A-3. Em moeda local manteve BBB-/Estável/A-3. Para a Agência, o BNB tem um importante papel nas políticas públicas da região Nordeste do país e é apoiado por seu acionista majoritário, o governo federal.

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

No primeiro semestre de 2011, o BNB passou a divulgar suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009).

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O BNB, por meio de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que tem como responsabilidades básicas elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do Banco em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável, realizou no primeiro semestre de 2011 avaliações de resultados e impactos dos seguintes programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2009; Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE - Proinfra); FNE - Rural: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte e cultivo da soja; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2010; e Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2010. Encontram-se ainda

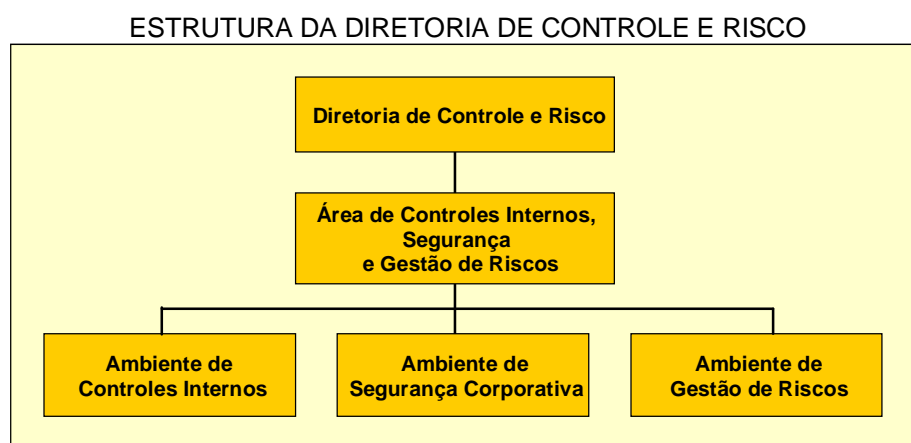
em andamento: Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008; Avaliação de Impacto do Agroamigo e do Crediamigo; Avaliação do FNE Verde; e elaboração de uma base de dados para avaliação do impacto econômico do FNE em nível municipal.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Nos três fundos administrados de apoio à pesquisa – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) – o BNB aplicou R\$ 18,2 milhões em 381 projetos no primeiro semestre de 2011.

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do BNB está desenhada com base em princípios de governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos. O Banco conta com uma diretoria específica para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nº 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas as unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais,

sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal, especialmente de gestores e responsáveis pela guarda e movimentação de numerário; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do BNB constará de seu Relatório Anual 2011, a ser editado ao longo do ano de 2012. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular 3.477 do Banco Central do Brasil.

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O BNB conta com um Comitê de Auditoria – órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração –, instituído e regulamentado por intermédio da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu Relatório de Atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco. Durante o primeiro semestre de 2011, o Comitê focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras, procedimentos de recuperação de crédito e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, oferecendo recomendações à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e à observância de normas legais e regulamentos internos.

A Auditoria Interna, vinculada funcionalmente ao Conselho de Administração, tem como responsabilidade básica assessorar a alta administração e colegiados estatutários (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria), fornecendo informações relativas à eficácia do gerenciamento dos riscos e dos controles dos processos da Instituição, adotando uma abordagem independente, sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria desses processos e, por consequência, aprimoramento da governança corporativa do Banco.

A Ouvidoria, como órgão legítimo de representação do cidadão no BNB, provê tratamento das demandas encaminhadas pelos clientes em instância de recurso às soluções eventualmente não satisfatórias fornecidas pelos canais habituais de atendimento. Atua como interlocutora entre os clientes e as instâncias internas da Instituição à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, por vezes exercendo papel de mediadora de conflitos.

A Comissão de Ética do BNB é um colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007, do Governo Federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP).

Relação com Investidores e com Mercado Financeiro

O BNB dispõe de uma unidade organizacional específica de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro com o objetivo de prestar atendimento aos acionistas e investidores do Banco, operacionalizar a distribuição de títulos e valores mobiliários e coordenar as operações sindicalizadas. Dessa forma o Banco amplia a oferta de produtos e serviços ao mercado, dissemina a cultura de transparência e fortalece as boas práticas de governança corporativa. Consolidando o seu esforço de colocação de papéis no mercado de capitais, o BNB continua participando ativamente na distribuição de operações neste segmento, cujo valor total alcançou no primeiro semestre de 2011 a marca de R\$ 252 milhões nos mercados primário e secundário. Com essa atuação, o Banco atingiu o 10º lugar no *ranking* de Distribuição - segmento de Renda Fixa - mercado primário - divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**A T I V O**

		30.06.2011	30.06.2010
CIRCULANTE		10.503.059	10.692.450
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	90.212	80.485
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	3.850.950	3.655.329
Aplicações no Mercado Aberto		3.503.949	3.364.510
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		347.001	290.819
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	252.069	1.533.358
Carteira Própria		251.904	1.330.267
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		165	148
Vinculados à Prestação de Garantias		0	202.943
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		303.971	248.099
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		74.420	61.653
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	223.826	183.110
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	4.048	1.626
Repasses Intefinanceiros.....		753	869
Correspondentes.....		924	841
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.439.344	3.926.697
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a)	4.817.993	4.267.489
Setor Público.....		58.932	58.129
Setor Privado		4.759.061	4.209.360
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(378.649)	(340.792)
OUTROS CRÉDITOS.....		1.544.509	1.239.563
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	70	0
Carteira de Câmbio	(Nota 11.a)	483.434	487.405
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	23.840	21.578
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	6	0
Diversos.....	(Nota 10.d)	1.041.730	748.154
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(4.571)	(17.574)
OUTROS VALORES E BENS		22.004	8.919
Outros Valores e Bens		6.568	6.528
(Provisões para Desvalorizações)		(1.277)	(1.394)
Despesas Antecipadas		16.713	3.785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.103.341	8.970.663
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	8.457.508	3.823.237
Carteira Própria.....		7.591.148	3.435.803
Vinculados a Compromissos de Recompra		686.918	379.421
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		128	149
Vinculados à Prestação de Garantias		179.314	7.864
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		32.772	34.288
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	340	85
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	28.666	29.047
Repasses Interfinanceiros.....		3.766	5.156
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.439.326	5.037.056
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.697.120	5.244.797
Setor Público		1.188.588	1.138.260
Setor Privado		4.508.532	4.106.537
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(257.794)	(207.741)
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 10)	173.735	76.082
Diversos	(Nota 10.d)	203.922	122.233
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(30.187)	(46.151)
PERMANENTE	(Nota 12)	196.763	191.085
INVESTIMENTOS		1.492	1.398
Outros Investimentos.....		6.795	6.701
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		193.189	186.637
Imóveis de Uso		137.266	130.430
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		109.995	111.628
Outras Imobilizações de Uso		164.607	143.115
(Depreciações Acumuladas)		(218.679)	(198.536)
DIFERIDO		2.082	3.050
Gastos de Organização e Expansão.....		5.412	7.538
(Amortização Acumulada).....		(3.330)	(4.488)
TOTAL DO ATIVO		24.803.163	19.854.198

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**PASSIVO**

		30.06.2011	30.06.2010
CIRCULANTE		9.831.201	7.335.945
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.a)	4.723.715	2.706.019
Depósitos à Vista.....		132.148	146.759
Depósitos de Poupança.....		1.354.021	1.086.119
Depósitos Interfinanceiros.....		725.979	502.244
Depósitos a Prazo.....		2.511.567	960.916
Outros Depósitos.....		0	9.981
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.b)	633.871	455.539
Carteira Própria.....		545.044	377.851
Carteira de Terceiros.....		88.827	77.688
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	2.803	0
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		2.803	0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		51.723	39.655
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		51.723	39.655
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		29.247	13.697
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		29.215	12.921
Transferências Internas de Recursos.....		32	776
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	550.590	420.170
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		15.838	14.602
Empréstimos no Exterior.....		534.752	405.568
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	174.654	317.714
Tesouro Nacional.....		198	186
BNDES.....		167.286	184.048
FINAME.....		7.170	9.473
Outras Instituições.....		0	124.007
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	7.571	13.813
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		7.571	13.813
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	65.679	66.845
Repasse do Exterior.....		65.679	66.845
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		3.591.348	3.302.493
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	32.300	32.221
Carteira de Câmbio.....	(Nota 11.a)	8.885	51.448
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.b)	181.335	68.256
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.c)	371.743	375.965
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.d)	1.099.123	1.147.669
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	32.291	0
Diversas.....	(Nota 16.g)	1.865.671	1.626.934
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		12.666.253	10.457.480
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.a)	4.090.696	4.162.584
Depósitos à Vista.....		20.563	30.508
Depósitos Interfinanceiros.....		14.261	20.167
Depósitos a Prazo.....		4.055.872	4.111.909
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.b)	139.510	0
Carteira Própria.....		139.510	0
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	454.163	0
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		454.163	0
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	47.513	58.408
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		47.513	58.408
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	959.225	1.150.621
Tesouro Nacional.....		837	928
BNDES.....		881.111	601.368
FINAME.....		77.277	18.379
Outras Instituições.....		0	529.946
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	64.000	22.346
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		64.000	22.346
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	636.686	690.027
Repasse do Exterior.....		636.686	690.027
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		6.274.460	4.373.494
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.d)	3.221.090	2.294.666
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	1.041.513	0
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	1.157.058	1.049.574
Diversas.....	(Nota 16.g)	854.799	1.029.254
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		16	20
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		16	20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.305.693	2.060.753
CAPITAL.....		2.010.000	1.850.000
De Domiciliados no País.....		2.010.000	1.850.000
RESERVAS DE CAPITAL.....		0	502
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		26.231	29.283
RESERVAS DE LUCROS.....		235.389	127.183
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		34.457	54.169
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO		24.803.163	19.854.198

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010**Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2011	1º sem/2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.434.137	1.132.797
Operações de Crédito	(Nota 9.a.2)	783.262	695.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	647.989	378.036
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	(40.167)	(5.652)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	34.656	54.864
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	8.397	10.275
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(804.455)	(668.056)
Operações de Captação no Mercado	(Nota 13.c)	(426.514)	(251.994)
Operações de Empréstimos e Repasses	(Nota 14.e)	(272.956)	(237.777)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(104.985)	(178.285)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		629.682	464.741
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(154.880)	(204.996)
Receitas de Prestação de Serviços.....		636.397	594.415
Rendas de Tarifas Bancárias.....		9.435	6.139
Despesas de Pessoal.....		(484.654)	(458.976)
Outras Despesas Administrativas.....		(361.890)	(304.543)
Despesas Tributárias.....	(Nota 21.c)	(92.373)	(80.512)
Outras Receitas Operacionais.....		590.530	400.009
Outras Despesas Operacionais.....		(452.325)	(361.528)
RESULTADO OPERACIONAL		474.802	259.745
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		(736)	1.468
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		474.066	261.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(148.204)	(141.088)
Provisão para Imposto de Renda.....		(101.061)	(111.335)
Provisão para Contribuição Social		(63.103)	(67.809)
Ativo Fiscal Diferido.....		15.960	38.056
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(25.169)	(10.070)
LUCRO LÍQUIDO.....		300.693	110.055
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(Nota 19.e)	(63.964)	(58.066)
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		3,46	1,26

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS				
SALDOS EM 31.12.2009.....	1.652.000	0	502	30.501	73.216	198.760	118.130	0	(384)	2.072.725
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							(63.961)			(63.961)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		198.000				(198.000)				0
Integralização de Capital.....	198.000	(198.000)								0
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....				(2.030)			2.030			0
Encargos Tributários.....				812			(812)			0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								110.055		110.055
Destinações:										
Reservas.....					5.503	47.704		(53.207)		0
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....								(58.066)		(58.066)
SALDOS EM 30.06.2010.....	1.850.000	0	502	29.283	78.719	48.464	54.169	0	(384)	2.060.753
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	198.000	0	0	(1.218)	5.503	(150.296)	(63.961)	0	0	(11.972)
SALDOS EM 31.12.2010.....	1.850.000	1.000	0	28.064	88.896	159.632	50.130	0	(384)	2.177.338
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							(15.673)			(15.673)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Integralização do Capital.....	160.000	(1.000)				(159.000)				0
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....				(2.642)			2.022			(620)
Encargos Tributários.....				809			(809)			0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								300.693		300.693
Destinações:										
Reservas.....					15.035	130.826		(145.861)		0
Dividendos.....								(92.081)		(92.081)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....								(63.964)		(63.964)
SALDOS EM 30.06.2011.....	2.010.000	0	0	26.231	103.931	131.458	34.457	0	(384)	2.305.693
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	160.000	(1.000)	0	(1.833)	15.035	(28.174)	(15.673)	0	0	128.355

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de Junho de 2011 e 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2011	30.06.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre.....	300.693	110.055
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	13.394	12.716
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	18	7
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	104.985	178.285
Provisão para Passivo Contingente	5.350	133.123
Aplicações no Diferido.....	(240)	(758)
Resultados de Exercícios Futuros.....	0	6
Lucro Líquido Ajustado.....	424.200	433.434
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(262.492)	9.145
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(15.096)	(25.166)
Operações de Crédito.....	105.438	(252.495)
Outros Créditos.....	(305.371)	(99.635)
Outros Valores e Bens.....	(8.583)	(778)
Depósitos.....	304.830	535.876
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas).....	249.091	9.862
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(28.522)	0
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(489.071)	(152.812)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	13.432	(412)
Outras Obrigações.....	603.796	(130.119)
Reserva de Reavaliação.....	(620)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	83.697	67.462
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	674.729	394.362
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(912.703)	(850.004)
Inversões em Investimentos.....	(56)	(19)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(18.345)	(6.618)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(426)	(318)
Alienação de Investimentos.....	(6)	0
Alienação de Imobilizado de Uso.....	547	(2)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	689	64
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(930.300)	(856.897)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(99.327)	(209.620)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	55.210	427.510
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	69.638	0
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	25.521	217.890
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(230.050)	(244.645)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do Semestre.....	3.869.499	3.877.919
No fim do Semestre.....	3.639.449	3.633.274
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(230.050)	(244.645)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2011	%	30.06.2010	%
RECEITAS	2.128.414		1.633.072	
Intermediação Financeira	1.434.137		1.132.797	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	645.832		600.554	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104.985)		(178.285)	
Outras Receitas/Despesas	153.430		78.006	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(699.470)		(489.771)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(331.894)		(277.962)	
Materiais, Energia e Outros	(116.199)		(128.293)	
Serviços de Terceiros	(215.695)		(149.669)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.097.050		865.339	
RETENÇÕES	(13.394)		(12.716)	
Depreciação, amortização e exaustão	(13.394)		(12.716)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.083.656		852.623	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.083.656		852.623	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.083.656		852.623	
PESSOAL	446.353	41,2%	418.860	49,1%
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	324.140	29,9%	247.072	29,0%
Proventos	298.971		237.002	
Participação dos empregados e administradores nos lucros	25.169		10.070	
BENEFÍCIOS	99.619	9,2%	153.872	18,0%
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)	0		11	
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	36.220		101.870	
Benefícios - Outros	63.399		51.991	
FGTS	22.594	2,1%	17.916	2,1%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	320.007	29,5%	309.843	36,3%
Federais	312.843		302.794	
Estaduais	10		11	
Municipais	7.154		7.038	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	16.603	1,5%	13.865	1,6%
Aluguéis	16.603		13.865	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	300.693	27,7%	110.055	12,9%
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	63.964	5,9%	58.066	6,8%
União	60.206		54.655	
Outros	3.758		3.411	
DIVIDENDOS	92.081	8,5%	0	0,0%
União	86.671		0	
Outros	5.410		0	
LUCROS RETIDOS NO SEMESTRE	144.648	13,3%	51.989	6,1%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios a Empregados
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

- a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.
- b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.
Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa**
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
- d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.
- e) Títulos e Valores Mobiliários**
Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:
Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.
- f) Instrumentos Financeiros Derivativos**
A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.
As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.
No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.
As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- h) Despesas Antecipadas**
Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.
- i) Permanente**
Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.
Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.
Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/Pasep e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento em R\$ Mil

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2011 e 30.06.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram

somente na coluna "Total", em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.350.134	673.797	2.023.931	1.031.677	502.597	1.534.274
Receitas de Operações de Crédito	783.262	-	783.262	695.274	-	695.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	370.341	277.648	647.989	199.762	178.274	378.036
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.167)	-	(40.167)	(5.652)	-	(5.652)
Resultado de Operações de Câmbio	34.656	-	34.656	54.864	-	54.864
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.397	-	8.397	10.275	-	10.275
Outras Receitas	193.645	396.149	589.794	77.154	324.323	401.477
Despesas	(539.621)	(443.709)	(983.330)	(497.805)	(410.362)	(908.167)
Despesas de captação no mercado	(426.514)	-	(426.514)	(251.994)	-	(251.994)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(8.122)	(264.834)	(272.956)	(67.526)	(170.251)	(237.777)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104.985)	(178.875)	(283.860)	(178.285)	(236.415)	(414.700)
Provisão Proagro a Receber	-	(101)	(101)	-	(3.696)	(3.696)
Margem Financeira	810.513	230.088	1.040.601	533.872	92.235	626.107
Rendas de Prestação de Serviços	115.569	520.828	636.397	153.523	440.892	594.415
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	9.435	-	9.435	6.139	-	6.139
Pasep e Cofins	(40.363)	(44.689)	(85.052)	(36.163)	(37.235)	(73.398)
Resultado após tarifas e comissões	895.154	706.227	1.601.381	657.371	495.892	1.153.263
Despesas Administrativas			(846.544)			(763.519)
Despesas de pessoal			(484.654)			(458.976)
Depreciação e Amortização			(13.394)			(12.716)
Outras despesas administrativas			(348.496)			(291.827)
Outras Despesas			(239.634)			(104.019)
Despesas de provisões, exceto crédito			(41.137)			(24.512)
Lucro antes da tributação e participações			474.066			261.213
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(148.204)			(141.088)
Participações no lucro			(25.169)			(10.070)
Lucro Líquido			300.693			110.055

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Disponibilidades em moeda nacional	87.582	77.349
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.630	3.136
Total da Disponibilidade de Caixa	90.212	80.485
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	12.760
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.549.237	3.540.029
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.639.449	3.633.274

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.503.949	3.364.510
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.415.123	3.286.822
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	88.826	77.688
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	347.001	290.819
Aplicações em Moeda Estrangeira	36.177	22.231
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	310.824	268.588
TOTAL	3.850.950	3.655.329
SALDO DE CURTO PRAZO	3.850.950	3.655.329

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	177.258	133.125
Posição Bancada	172.678	129.598
Posição Financiada	4.580	3.527
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.240	11.521
TOTAL (Nota 7.b)	193.498	144.646

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Títulos Disponíveis para Venda	8.698.275	5.325.612
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.009	30.686
Diferencial a Receber Swap	293	297
TOTAL	8.709.577	5.356.595
SALDO DE CURTO PRAZO	252.069	1.533.358
SALDO DE LONGO PRAZO	8.457.508	3.823.237

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	8.303.029	8.260.448	(42.581)	
Letras Financeiras do Tesouro	6.502.958	6.501.693	(1.265)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.065.138	1.051.365	(13.773)	2050
Letras Financeiras	30.309	30.309	-	2016
Debêntures	653.908	653.222	(686)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	19.031	19.031	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.522	4.696	(2.826)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.984	-	(23.984)	1993
Títulos da Dívida Agrária	179	132	(47)	2011 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	13.732	12.452	(1.280)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.280	-	(1.280)	2014
Cotas de FIDC	12.207	12.207	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	245	245	-	Sem Vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	246.061	101.902	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	552	(3.659)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	245.509	105.561	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	179.926	179.314	(612)	
Letras Financeiras do Tesouro	175.630	175.625	(5)	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	607	-	(607)	1993
Debêntures	3.689	3.689	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	8.640.846	8.698.275	57.429	
Crédito Tributário	-	-	19.255	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(42.227)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	34.457	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 3.689 mil de LFT e R\$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

Especificação	30.06.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	4.864.882	4.839.814	(25.068)	
Letras Financeiras do Tesouro	3.687.675	3.687.695	20	2010 a 2015
Debêntures	403.443	402.472	(971)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	42.533	42.533	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	701.637	701.637	-	2010
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.925	5.455	(2.470)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	21.638	-	(21.638)	1993
Títulos da Dívida Agrária	31	22	(9)	2010 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	14.948	13.727	(1.221)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.221	-	(1.221)	Sem vencimento
Cotas de FIDC	13.727	13.727	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	261.264	117.105	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	521	(3.690)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	260.743	120.795	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	211.341	210.807	(534)	
Letras Financeiras do Tesouro	207.117	207.131	14	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	548	-	(548)	1993
Debêntures	3.676	3.676	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	5.235.330	5.325.612	90.282	
Crédito Tributário	-	-	12.219	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(48.332)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	54.169	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 206.324 mil de LFT e R\$ 89 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 57.429 mil (R\$ 90.282 mil em 30.06.2010). Esse

ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 34.457 mil (R\$ 54.169 mil em 30.06.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	11.009	11.009		30.686	30.686	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.341	2.341	2013	1.612	1.612	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	436	436	2012 a 2014	407	407	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	7.082	7.082	2017	4.179	4.179	2017
FIP Nordeste Energia	-	-		23.473	23.473	2023
FGO – Fundo Garantia de Operações	172	172	Sem Vencimento	-	-	
FIP Brasil Agronegócios	978	978	2018	1.015	1.015	2018
TOTAL DA CATEGORIA	11.009	11.009		30.686	30.686	

a.4) Em outubro de 2010, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia da categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos Disponíveis para Venda”. Referidas cotas adquiridas em 2008 e vendidas em 15.10.2010 proporcionaram um ganho de R\$ 7.500 mil ao Banco.

a.5) No primeiro semestre de 2011, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.6) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	177.258	133.125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.240	11.521
Títulos de Renda Fixa	451.724	230.827
Títulos de Renda Variável	2.767	2.563
TOTAL	647.989	378.036

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Composição em 30.06.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	53.357	-	41.005	-	12.352
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	341.219	293	18.214	122	12.726	171	5.487
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	850.239	293	71.571	122	53.731	171	17.839

Composição em 30.06.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	686.218	297	36.159	-	21.693	297	14.465
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	686.218	297	36.159	-	21.693	297	14.465

Valores em Risco de Operações de Swap	30.06.2011	30.06.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	465.089	-
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	456.615	-
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	445.542	810.117
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	410.453	772.618

Composição em 30.06.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	105	5.059
3 a 12 meses	60	2.513
1 a 3 anos	128	8.829
3 a 5 anos	-	55.170
TOTAL	293	71.571

Composição em 30.06.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	1	6.102
3 a 12 meses	147	7.711
1 a 3 anos	149	17.642
3 a 5 anos	-	4.485
5 a 15 anos	-	219
TOTAL	297	36.159

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Swap	(40.167)	(5.652)
TOTAL	(40.167)	(5.652)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	195.532	151.290
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	28.294	31.820
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.666	29.047
Tesouro Nacional - Crédito Rural	4.388	1.711
TOTAL	256.880	213.868
SALDO DE CURTO PRAZO	227.874	184.736
SALDO DE LONGO PRAZO	29.006	29.132

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.166	5.255
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.677	9.114
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	67	29
Desvalorização de Créditos Vinculados	(513)	(4.123)
TOTAL	8.397	10.275

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011		30.06.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.515.113	(636.443)	9.512.286	(548.533)
Curto Prazo	4.817.993	(378.649)	4.267.489	(340.792)
Longo Prazo	5.697.120	(257.794)	5.244.797	(207.741)
Outras Rubricas com Características de Crédito	511.076	(7.480)	464.331	(31.830)
Curto Prazo	510.187	(4.572)	462.516	(14.335)
Longo Prazo	889	(2.908)	1.815	(17.495)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.026.189	(643.923)	9.976.617	(580.363)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Adiantamentos a Depositantes	750	1.152
Empréstimos	5.025.665	4.257.416
Títulos Descontados	163.773	161.314
Financiamentos	1.723.162	1.287.775
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	130.647	38.974
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	525.012	526.826
Financiamentos Rurais e Agroindustriais ⁽¹⁾	1.276.179	2.124.503
Financiamentos Imobiliários ⁽²⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.669.682	1.114.083

Subtotal de Operações de Crédito	10.515.113	9.512.286
Avais e Fianças Honrados	70	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	11.404
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.627	2.927
Títulos e Créditos a Receber	4.082	16.919
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽³⁾	494.388	433.081
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	511.076	464.331
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.026.189	9.976.617

⁽¹⁾ Redução de R\$ 685.000 mil em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

⁽²⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽³⁾ Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	438.179	357.723
Financiamentos	222.349	146.440
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	75.881	147.838
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	47.207	43.864
Avais e Fianças Honrados	1	-
Outros Valores	(355)	(591)
TOTAL	783.262	695.274

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
Rural	24.197	22.694	36.013	53.508	58.899	1.029.381	1.224.692	2.023.058
Indústria	258.559	167.445	115.920	525.487	472.597	1.300.160	2.840.168	2.076.157
Governo	3.354	3.354	12.313	10.063	25.085	1.171.150	1.225.319	1.196.389
Outros Serviços	137.897	97.405	132.291	318.398	850.824	1.422.903	2.959.718	2.346.873
Comércio	262.043	196.239	178.212	366.389	419.204	396.608	1.818.695	1.391.056
Intermediários Financeiros	33.174	17.736	14.796	45.938	84.528	185.350	381.522	520.953
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	5.147	3.891	3.651	12.201	9.974	16.096	50.960	50.869
TOTAL	724.614	508.764	493.196	1.331.984	1.921.111	5.521.648	10.501.317	9.605.598

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	294	377	627	1.927	3.072	19.425	25.722	14.271
Indústria	1.616	1.379	1.858	9.000	16.526	114.858	145.237	52.214
Outros Serviços	2.812	12.334	2.270	6.810	10.322	22.369	56.917	38.146
Comércio	5.130	6.504	4.564	11.929	17.046	17.216	62.389	65.017
Intermediários Financeiros	111	108	105	335	682	3.003	4.344	25
Pessoas Físicas	295	318	290	652	963	1.622	4.140	3.773
TOTAL	10.258	21.020	9.714	30.653	48.611	178.493	298.749	173.446

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	168	919	1.556	1.703	11.183	6.213	14.768	36.510	100.650
Indústria	1.758	1.195	3.659	2.564	16.779	46.806	635	73.396	30.237
Outros Serviços	1.902	3.638	4.825	4.001	19.551	26.326	1.184	61.427	30.985
Comércio	2.385	7.159	8.561	4.659	12.266	13.497	2.554	51.081	32.322
Intermediários Financeiros	1	-	153	1	-	-	-	155	3
Pessoas Físicas	122	299	521	476	746	1.180	210	3.554	3.376
TOTAL	6.336	13.210	19.275	13.404	60.525	94.022	19.351	226.123	197.573

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	30.06.2011				30.06.2010			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.954.782	-	2.954.782	-	3.165.802	-	3.165.802	-
A	4.711.340	-	4.711.340	23.557	3.485.588	-	3.485.588	17.428
B	2.332.572	34.760	2.367.332	23.673	2.277.222	21.022	2.298.244	22.982
C	155.943	40.965	196.908	5.907	119.242	37.632	156.874	4.706
D	106.049	23.605	129.654	12.965	171.670	39.252	210.922	21.092
E	41.306	25.394	66.700	20.010	65.001	16.792	81.793	24.538
F	12.309	41.339	53.648	26.824	62.304	25.338	87.642	43.821
G	23.420	26.042	49.462	34.624	111.438	35.087	146.525	102.569
H	163.596	332.767	496.363	496.363	147.331	195.896	343.227	343.227
TOTAL	10.501.317	524.872	11.026.189	643.923	9.605.598	371.019	9.976.617	580.363

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período	104.418	170.554
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(113.413)	(206.036)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	643.923	580.363
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	27.278	31.895
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	671.201	612.258

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	132.480	177.378
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	-	678
(-) Reversões de provisões operacionais	(28.062)	(7.502)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	104.418	170.554
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	567	8.218
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	(487)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	104.985	178.285

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 47.207 mil (R\$ 43.864 mil em 30.06.2010) e as renegociações importaram em R\$ 287.948 mil (R\$ 661.607 mil em 30.06.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2011, um efeito positivo no valor de R\$ 88.288 mil (R\$ 26.481 mil em 30.06.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Efetivação de Rendas	33.500	15.419
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	16.707	5.307
Despesas com Deságios	(12.025)	(2.444)
Efeito Líquido de Provisões	50.106	8.199
TOTAL	88.288	26.481

NOTA 10 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	70	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	483.434	487.405
c) Rendas a Receber	23.840	21.578
d) Negociação e Intermediação de Valores	6	-
e) Diversos	1.245.652	870.387
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	293.313	250.515
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	19.255	12.219
Devedores por Depósitos em Garantia	710.278	369.455
Impostos e Contribuições a Compensar	95.424	82.948
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	86.656	75.189
Outros Valores	8.768	7.759
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.082	16.919
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.698	14.568
Pagamentos a Ressarcir	8.075	8.619
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	2.971	2.451
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17.353	53.935
Outros Valores	49.455	32.010
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.758)	(63.725)
Com Características de Concessão de Crédito	(7.480)	(31.830)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.278)	(31.895)
TOTAL	1.718.244	1.315.645
SALDO DE CURTO PRAZO	1.544.509	1.239.563
SALDO DE LONGO PRAZO	173.735	76.082

NOTA 11 – Carteira de Câmbio em R\$ Mil**a) Composição**

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Ativo – Outros Créditos	483.434	487.405
Câmbio Comprado a Liquidar	468.045	458.460
Direitos sobre Vendas de Câmbio	6.862	26.700
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.382)	(9.159)
Rendias a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	11.404
Ativo Circulante	483.434	487.405
Passivo – Outras Obrigações	8.885	51.448
Obrigações por Compras de Câmbio	496.439	457.768
Câmbio Vendido a Liquidar	6.834	26.712
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(494.388)	(433.081)
Outros Valores	-	49

Passivo Circulante	8.885	51.448
---------------------------	--------------	---------------

b) Resultado de Câmbio em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Câmbio	34.865	55.584
Despesas de Câmbio	(209)	(720)
TOTAL	34.656	54.864

NOTA 12 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Investimentos	1.492	1.398
a.1) Outros Investimentos	6.795	6.701
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	5.010
Ações e Cotas	944	944
Bens Artísticos e Valiosos	840	747
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(5.303)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	193.189	186.637
b.1) Imóveis de Uso	137.266	130.430
Terrenos	6.558	6.267
Edificações	130.708	124.163
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	109.995	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.686	10.930
Edificações – Reavaliações	99.309	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	164.607	143.115
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	65.670	61.505
Sistema de Processamento de Dados	68.278	49.976
Sistema de Segurança	9.601	9.567
Sistema de Transporte	16.120	16.298
Outros	4.938	5.769
b.4) Depreciações Acumuladas	(218.679)	(198.536)
Imóveis de Uso	(161.787)	(149.463)
Outras Imobilizações de Uso	(56.892)	(49.073)
c) Diferido	2.082	3.050
c.1) Gastos de Organização e Expansão	5.412	7.538
Gastos em Imóveis de Terceiros	5.371	7.490
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	48
c.2) Amortização Acumulada	(3.330)	(4.488)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(3.301)	(4.460)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(29)	(28)
TOTAL	196.763	191.085

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R\$ Mil

a) Depósitos

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a.1) Depósitos à Vista	152.711	177.267
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	26.536	37.408
Depósitos de Governos	37.339	40.744
Depósitos Vinculados	51.251	46.715
Pessoas Jurídicas	22.197	41.875
Pessoas Físicas	14.026	9.144
Outros Valores	1.362	1.381
a.2) Depósitos de Poupança	1.354.021	1.086.119
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	800.465	657.238
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	552.468	428.207
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.088	674
a.3) Depósitos Interfinanceiros	740.240	522.411
a.4) Depósitos a Prazo	6.567.439	5.072.825
Depósitos a Prazo	4.758.125	4.159.167
Depósitos Judiciais com Remuneração	511.918	79.080
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	27.601	19.895
Proger Urbano	2.335	1.473
Proger Rural	-	4
Pronaf	133	125
Protrabalho	1.321	10.814
Infraestrutura	23.565	7.096
Estiagem	105	383
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	142	-
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	522.166	335.499
Proger Urbano	61.477	62.881
Pronaf	824	1.242
Protrabalho	177.350	204.236
Infraestrutura	255.435	54.442
Estiagem	10.773	12.698
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	16.307	-
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei N° 8.167	746.225	473.510
Outros Valores	1.404	5.674
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	-	9.981

TOTAL	8.814.411	6.868.603
SALDO DE CURTO PRAZO	4.723.715	2.706.019
SALDO DE LONGO PRAZO	4.090.696	4.162.584

b) Captação no Mercado Aberto em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Carteira Própria	684.554	377.851
Letras Financeiras do Tesouro	684.554	377.851
Carteira de Terceiros	88.827	77.688
Letras Financeiras do Tesouro	30.386	27.740
Letras do Tesouro Nacional	-	49.948
Notas do Tesouro Nacional	58.441	-
TOTAL	773.381	455.539
SALDO DE CURTO PRAZO	633.871	455.539
SALDO DE LONGO PRAZO	139.510	-

c) Despesa de Captação no Mercado em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Despesas de Captações com Depósitos	(394.065)	(231.624)
Depósitos a Prazo	(266.388)	(163.155)
Depósitos de Poupança	(32.160)	(23.373)
Depósitos Judiciais	(11.628)	(1.838)
Depósitos Interfinanceiros	(11.071)	(6.544)
Depósitos Especiais - FAT	(54.205)	(33.319)
Outros Depósitos	(18.613)	(3.395)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(32.449)	(20.370)
Carteira de Terceiros	(4.584)	(3.527)
Carteira Própria	(27.865)	(16.843)
TOTAL	(426.514)	(251.994)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
Empréstimos no País	15.838	-	31.675	15.838	-	-	63.351	73.010
Empréstimos no Exterior	202.404	332.348	-	-	-	-	534.752	405.568
Repasses do País	57.722	116.932	213.124	283.502	239.215	223.384	1.133.879	814.382
Repasses do Exterior	10.165	55.514	138.304	148.069	293.494	56.819	702.365	756.873
TOTAL	286.129	504.794	383.103	447.409	532.709	280.203	2.434.347	2.049.833

b) Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	30.06.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3,0 ou 7,75	63.351	73.010
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	534.752	405.568
TOTAL		598.103	478.578
SALDO DE CURTO PRAZO		550.590	420.170
SALDO DE LONGO PRAZO		47.513	58.408

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	30.06.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	1.035	1.114
BNDDES		1.048.397	785.416
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	817.045	459.109
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	231.352	326.307
FINAME		84.447	27.852
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	68.488	13.810
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	15.959	14.042
Outras Instituições		-	653.953
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária (Nota 9.a.1)	SELIC/TJLP / 6,0	-	84.473
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	127.988
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2,0 a 10,0	-	441.492
TOTAL		1.133.879	1.468.335
SALDO DE CURTO PRAZO		174.654	317.714
SALDO DE LONGO PRAZO		959.225	1.150.621

d) Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	30.06.2010
BID-Produtor	USD + 1,10 ou UCBID + 2,83	696.159	749.044
BID-Outros Programas	USD + 1,14	5.809	7.186
Outros Programas	USD + 6,0	397	642
TOTAL		702.365	756.872
SALDO DE CURTO PRAZO		65.679	66.845
SALDO DE LONGO PRAZO		636.686	690.027

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.476)	(2.852)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.476)	(2.852)
Despesas de Obrigações por Repasses	(55.423)	(70.697)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(46.623)	(33.419)
Tesouro Nacional	(44)	(54)

BNDES	(40.225)	(29.277)
FINAME	(1.487)	(1.637)
Outras Instituições	(4.867)	(2.451)
Despesas de Repasses do Exterior	(8.800)	(37.278)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.407)	(19.609)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(211.650)	(144.619)
TOTAL	(272.956)	(237.777)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

Demonstramos no quadro abaixo em R\$/US\$ Mil:

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em US\$	Valor Contratual R\$	Valor de Mercado em 30.06.2011	Valor de Mercado em 30.06.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes	09.11.2010	09.11.2015	300.000	509.019	456.966	-

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	32.300	32.221
Recursos do Proagro	504	335
Recebimento de Tributos Federais	27.910	26.209
IOF a Recolher	3.315	4.291
Outros Tributos e Assemelhados	571	1.386
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	8.885	51.448
c) Sociais e Estatutárias	181.335	68.256
Dividendos e Bonificações a Pagar	156.253	58.186
Participações nos Lucros	25.082	10.070
d) Fiscais e Previdenciárias	371.743	375.965
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22)	106.080	96.563
Impostos e Contribuições	78.786	72.067
Causas Fiscais	27.294	24.496
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	52.841	60.567
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	42.227	48.332
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	10.614	12.235
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	164.973	179.957
Imposto de Renda	101.567	111.843
Contribuição Social	63.406	68.114
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	47.849	38.878
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.320.213	3.442.335
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.210.821	3.343.850
Outros Valores	109.392	98.485
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.073.804	-
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.157.058	1.049.574
h) Diversas	2.720.470	2.656.188
Provisão para Passivos Contingentes	1.535.025	1.359.198
Causas Trabalhistas (Nota 22.d)	174.209	153.109
Causas Cíveis (Nota 22.d)	107.024	99.111
Outras Causas (Nota 22.d)	44	532
FNE (Nota 22.e)	1.249.397	1.102.620
Repasse	388	1.219
Risco Integral	81.339	-
Risco Compartilhado	1.167.670	1.101.401
FDNE (Nota 22.e)	1.168	146
PROAGRO	3.183	3.680
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.073.495	1.193.519
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM N° 600	918.884	1.076.944
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM N° 600	467.499	803.581
Plano de Assistência Médica – CVM N° 600	451.385	273.363
Despesa de Pessoal	127.310	91.473
Outros Valores	27.301	25.102
Outros Valores	111.950	103.471
TOTAL	9.865.808	7.675.987
SALDO DE CURTO PRAZO	3.591.348	3.302.493
SALDO DE LONGO PRAZO	6.274.460	4.373.494

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei N° 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória N° 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado.

Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação, em R\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2011	30.06.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.073.804	-

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e prevêem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.157.058	1.049.574
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	326.846	922.109
Recursos aplicados ⁽²⁾	830.212	127.465
TOTAL	1.157.058	1.049.574

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 159.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 1.851.000 mil para R\$ 2.010.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 30.06.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros (9.604 acionistas)	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 30.06.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	20.200	399.595	419.795	0,04	0,48
Outros (9.606 acionistas)	395.592	371.077	766.669	0,82	0,89
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 26.231 mil (R\$ 29.283 mil em 30.06.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no semestre importa em R\$ 1.213 mil (R\$ 1.218 mil em 30.06.2010).

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2011, representam, respectivamente, R\$ 24,00 e R\$ 24,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
1. Lucro Líquido	300.693	110.055
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	1.218
3. Lucro Líquido Ajustado	301.906	111.273
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.035	5.503
Dividendos (Nota 19.e)	92.081	-
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	63.964	58.066
Reserva Estatutária (item 3 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	130.826	47.704

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício.

A Diretoria propõe o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0507% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2011 em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
1. Lucro Líquido do Semestre	300.693	110.055
2. Reserva Legal Constituída	(15.035)	(5.503)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	1.218
4. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	24.901	10.070
5. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	311.772	115.840
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no semestre	63.964	58.066
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(132)	(122)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	63.832	57.944
9. Dividendos Propostos	92.081	-
10. Total destinado aos acionistas (item 6+ item 9)	156.045	58.066
- JCP de R\$ 0,70411790847 por ação ordinária (em 30.06.2010: JCP de R\$ 0,639196881379 por ação ordinária)	34.133	30.986
- JCP de R\$ 0,774529699118 por ação preferencial (em 30.06.2010: JCP de R\$ 0,703116569807 por ação preferencial)	29.831	27.080
- Dividendos de R\$ 1,013624291404 por ação ordinária	49.137	-
- Dividendos de R\$ 1,114986720752 por ação preferencial	42.944	-

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 25.202 mil.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	636.397	594.415
Administração de Fundos de Investimentos	6.570	5.767
Administração de Fundos e Programas	531.848	455.005
Prestação de Serviços	97.979	133.643
b) Rendas de Tarifas Bancárias	9.435	6.139
c) Despesas de Pessoal	(484.654)	(458.976)
Proventos	(295.749)	(234.053)
Encargos Sociais	(113.203)	(83.593)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(11.495)	(63.727)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	(24.724)	(37.865)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(39.483)	(39.738)
d) Outras Despesas Administrativas	(361.890)	(304.543)
Processamento de Dados	(57.387)	(64.256)
Propaganda e Publicidade	(12.687)	(19.757)
Serviços de Terceiros	(116.461)	(73.726)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.487)	(21.550)
Viagens	(6.627)	(6.914)
Comunicações	(14.110)	(14.761)
Depreciação e Amortização	(13.394)	(12.716)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.277)	(14.583)
Vigilância, Segurança e Transporte	(15.085)	(12.498)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(9.248)	(9.739)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.351)	(8.098)
Serviços Técnicos Especializados	(15.472)	(10.460)
Seguros	(2.025)	(1.864)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(30.051)	(10.921)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(539)	(457)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.758)	(1.611)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(9.200)	(8.100)
Outros Valores	(11.731)	(12.532)
e) Despesas Tributárias	(92.373)	(80.512)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(85.083)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.839)	(6.763)
Outros Valores	(451)	(351)
f) Outras Receitas Operacionais	590.530	400.009
"Del credere" de Fundos Administrados	397.411	325.201
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	98.712	12.646
Recuperação de Encargos e Despesas	4.137	6.651
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	291	3.788

Juros e Comissões	513	1.270
Correção Monetária	5.023	2.858
Atualização Monetária de Tributos	106	83
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	34.900	16.816
Outros Valores	49.437	30.565
g) Outras Despesas Operacionais	(452.325)	(361.528)
Variação Cambial da Área de Câmbio	-	(629)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(74.950)	(30.912)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(3)
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.188)	(21.959)
Encargos de Operações de Crédito	(4.804)	(9.538)
Riscos Fiscais	(5.803)	(1.396)
Riscos com Operações do FNE	(178.975)	(240.095)
Riscos com Operações do FDNE	(891)	(109)
Causas Trabalhistas	(19.361)	(6.546)
Causas Cíveis	(15.872)	(12.881)
Outras Causas	-	(10)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(71.481)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(17.070)	(24.068)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(38.140)	(3.442)
Outros Valores	(20.790)	(9.940)
TOTAL	(154.880)	(204.996)

As despesas com Plano de Aposentadoria e Pensão e de Assistência Médica referentes ao semestre findo em 30.06.2010, atendem ao disposto na Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2011 foi de R\$ 101.061 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 63.103 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	384.933	193.076	384.933	193.076
Adições/Exclusões Permanentes	(15.650)	6.566	(15.650)	6.578
Adições/Exclusões Temporárias	53.424	274.793	53.424	274.793
Resultado Tributável antes das Compensações	422.707	474.435	422.707	474.447
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	422.707	455.085	422.707	454.093
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(105.160)	(113.251)	(63.103)	(67.809)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.099	1.916	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL após os incentivos	(101.061)	(111.335)	(63.103)	(67.809)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	9.980	23.789	5.980	14.267
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(91.081)	(87.546)	(57.123)	(53.542)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	23,66%	45,34%	14,84%	27,73%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.061	111.335	63.103	67.809
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	506	508	303	305
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.567	111.843	63.406	68.114
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(60.567)	(52.203)	(27.434)	(23.772)
Valor do Ajuste no Período	41.000	59.640	35.972	44.342

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	51.439	1.004.680	30.870	602.808	82.309	1.607.488
(-) Realização de Créditos	(41.458)	(1.001.316)	(24.890)	(600.789)	(66.348)	(1.602.105)
Saldo Final em 30.06.2011	183.317	12.034	109.996	7.221	293.313	19.255

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.065.459	3.010.009	3.065.459	3.010.009
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.065.459	3.010.009	3.065.459	3.010.009
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	766.365	752.502	459.819	451.501
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	7.637	7.221	4.582
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	778.399	760.139	467.040	456.083
7. Créditos Tributários Ativados	183.317	156.567	109.996	93.948
8. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	7.637	7.221	4.582
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	195.351	164.204	117.217	98.530
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) ⁽¹⁾	583.048	595.935	349.823	357.553

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2011 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	49.089	46.239	29.454	27.743	78.543	73.982
2012	24.615	20.603	14.769	12.362	39.384	32.965
2013	11.319	8.522	6.791	5.113	18.110	13.635
2014	11.041	7.520	6.624	4.512	17.665	12.032
2015	61.800	38.244	37.080	22.947	98.880	61.191
2016	25.453	14.311	15.278	8.590	40.731	22.901
TOTAL	183.317	135.439	109.996	81.267	293.313	216.706

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	7.063	7.063	4.238	4.238	11.301	11.301
2012	1	1	-	-	1	1
2013	1	1	-	-	1	1
2014	493	493	296	296	789	789
2015	319	319	192	192	511	511
2016 a 2018	3	3	2	2	5	5
2019 a 2021	3	3	2	2	5	5
2022 a 2024	2	2	1	1	3	3
2027 a 2029	706	706	424	424	1.130	1.130
2050 a 2052	3.443	3.443	2.066	2.066	5.509	5.509
TOTAL	12.034	12.034	7.221	7.221	19.255	19.255

c) Despesas Tributárias

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(85.083)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.839)	(6.763)
Outros Valores	(451)	(351)
Total	(92.373)	(80.512)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos

relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.06.2011 e 30.06.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1 Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	78.786	78.786	1	72.067	72.067	1
1.2 Causas Fiscais	761.677	27.294	204	433.852	24.496	163
1.2.1 Obrigação Legal	908	908	9	215	215	3
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	760.769	26.385	195	433.637	24.281	160
Provável	26.385	26.385	-	24.281	24.281	-
Possível	544.286	-	-	252.318	-	-
Remota	190.098	-	-	157.038	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	248.467	174.209	803	207.638	153.109	921
Provável	174.209	174.209	-	153.109	153.109	-
Possível	32.985	-	-	20.297	-	-
Remota	41.273	-	-	34.232	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.276.677	107.024	4.792	995.592	99.111	4.452
Provável	107.024	107.024	-	99.111	99.111	-
Possível	481.693	-	-	264.397	-	-
Remota ⁽¹⁾	1.687.960	-	-	632.084	-	-
2.3 Outras Causas	1.713	44	40	3.910	532	86
Provável	44	44	-	532	532	-
Possível	658	-	-	1.216	-	-
Remota	1.011	-	-	2.162	-	-

(1) A variação do volume de causas cíveis classificadas com risco remoto decorreu, principalmente, em função do enquadramento como contingências passivas dos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra, referente a benefícios de previdência complementar - R\$ 539.572 mil; b) Indenização por danos morais e pagamento de multa - R\$ 116.538 mil; c) Repetição de indébito R\$ 33.951 mil; e d) Indenização por danos materiais e morais - R\$ 23.890 mil.

- e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	4.231	2.677
Reversão/Utilização/Baixa	(292)	(1.953)
Saldo Final	78.786	72.067
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	357	215
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	908	215
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	2.054	972
Reversão/Utilização/Baixa	(1.796)	(300)
Saldo Final	26.385	24.496
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	19.547	9.057
Reversão/Utilização/Baixa	(7.201)	(6.689)
Saldo Final	174.209	153.109
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.337
Constituição	15.872	17.760
Reversão/Utilização/Baixa	(1.818)	(13.986)
Saldo Final	107.024	99.111
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	1	9
Reversão/Utilização/Baixa	(22)	(44)
Saldo Final	44	532
g) Férias		
Saldo Inicial	40.908	37.100

Constituição	71.114	52.273
Reversão/Utilização/Baixa	(59.089)	(48.465)
Saldo Final	52.933	40.908
h) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	178.875	240.111
Reversão/Utilização/Baixa	(107.235)	(93.752)
Saldo Final	1.249.397	1.102.620
i) FDNE		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	891	109
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.168	146

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:
- Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 242.908 mil. Na posição de 30.06.2010, não havia estimativa de perda financeira atrelada ao processo, tendo em vista que a autuação fiscal ocorreu durante o mês de janeiro de 2011.
- Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.06.2011, perfazem respectivamente, R\$ 141.186 mil e R\$ 95.749 mil. Na posição de 30.06.2010, representavam, respectivamente, R\$ 125.389 mil e R\$ 77.729 mil, ambas com nível de risco possível.
- Ação na esfera cível que visa indenização por danos morais e materiais sob a alegação de que a litigante teve sua falência decretada. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 77.154 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 100 mil com nível de risco remoto.
- Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 76.972 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 1 mil, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.
- Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 29.986 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 25.015 mil com nível de risco possível.
- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo em R\$ mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Demandas Trabalhistas	394.856	167.543
Demandas Fiscais	283.871	152.178
Demandas Cíveis	21.943	15.855
Demandas Outras	-	11
Total	700.670	335.587

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 30.06.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Funcionários ⁽¹⁾
Máxima	24.275,20
Mínima	887,65
Média	6.343,62

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 30.06.2011, os valores da remuneração semestral paga pelo Banco aos Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Diretoria	
Maior remuneração individual	145.328,43	157.235,67
Menor remuneração individual	145.294,47	138.332,73
Remuneração média individual	148.130,79	135.029,53
Número de membros ⁽¹⁾	7	7
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho de Administração	
Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,63
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33

Remuneração média individual	16.069,20	14.103,33
Número de membros ⁽¹⁾	6	6
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Remuneração média individual	15.915,98	13.623,73
Número de membros ⁽¹⁾	5	5

⁽¹⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

⁽²⁾ Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

Em 30.06.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.049 (5.858 em 30.06.2010), registrando-se, um acréscimo de 3,26% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No semestre foi provisionado o valor de R\$ 25.169 mil, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R\$ 24.901 mil referente à participação dos empregados, equivalente a 15,96% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 8,28% do lucro líquido do semestre.

NOTA 25– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010. Iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 30.06.2011, apresenta-se superavitário em R\$ 11.084 mil (superávit de R\$ 35.451 mil em 30.06.2010) em decorrência do impacto positivo dos investimentos, de dispêndios referentes às variações nas obrigações do plano, assim como variações nas contingências. Merece destaque o aumento de R\$ 123.088 mil nas obrigações do plano de benefícios, em dezembro/2010, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 30.06.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 37.537 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.109.048	2.738.730	16.495	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	(151.304)	238.465	5	(742)	19.949	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916

Notas: (1) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 30.06.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.018.904 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.551.405 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 467.499 mil;
- ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 35.575 mil encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R\$ 35.575 mil, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.

- b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 530.265 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 78.880 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 451.385 mil.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.352	3.477	9.513	9.049	11.141	20.158
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	25.296	55.872	9.495	8.975	21.365	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
9. Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	2.551.405	2.618.418	35.575	16.494	78.880	58.171

Notas: (1) Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos e co-participações pagas pelo empregador;

(2) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.551.405)	(2.618.418)	(35.575)	(16.494)	(78.880)	(58.171)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745

h) Despesa Reconhecida nas Demonstrações do Resultado, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(1.352)	(3.477)	(9.512)	(9.049)	(11.141)	(20.158)
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(181.331)	(296.148)	(1.129)	-	(2.806)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	36.276	313	-	991	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	2.165	89.776	9.495	8.975	38.005	116.752

Nota: (1) Contribuições recebidas de participantes ativos

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano, representa do valor justo do total dos ativos do plano

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2011	31.12.2010	
Renda Fixa	82,94%	82,92%	82,36%	23,14%	98,66%	
Renda Variável	5,18%	5,79%	16,16%	52,09%	-	
Investimentos Imobiliários	5,48%	5,36%	-	0,38%	-	
Empréstimos e Financiamentos	3,63%	3,55%	-	9,87%	-	
Outros	2,77%	2,38%	1,48%	14,52%	1,34%	
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,25%	1,45%	-	22,41%	-	
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,74%	0,68%	-	0,77%	-	

j) Retorno real dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	14.269	498.337	821	(742)	21.764	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no semestre corrente e nos últimos três exercícios, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF					
	Plano BD			Plano CV I		
	Deliberação CVM 600					
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	30.06.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.018.904)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(35.575)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.551.405	2.618.418	2.255.509	1.967.903	35.575	16.494
3. Superávit (déficit)	(467.499)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	151.304	(238.465)	(392.699)	-	(4)	742
b. Percentual	(5,01%)	7,67%	(14,34%)	-	0,01%	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(167.062)	202.189	107.755	-	(308)	(742)
b. Percentual	(6,55%)	7,72%	(4,78%)	-	(0,87%)	(4,50%)
Especificação	CAMED					
	Plano Natural					
	Deliberação CVM 600					
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008		
1. Obrigação de Benefício Definido	(530.265)	(492.916)	(469.032)	(366.769)		
2. Ativos do Plano	78.880	58.171	11.789	23.617		
3. Superávit (déficit)	(451.385)	(434.745)	(457.243)	(343.152)		
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						

a. Montante	(19.949)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	3,76%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	18.958	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	24,03%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições

l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,67%	10,14%	10,67%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	14,33%	14,16%	9,90%
3. Folha salarial de participação projetada ⁽¹⁾	50.353	227.765	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.377	19.930	19.672
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.618.418	35.575	58.171
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.109.048	35.575	492.916

Nota: (1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

l.2) Estimativa do Custo Esperado, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.377)	(19.930)	(19.672)
3. Custo dos Juros	331.595	3.608	52.572
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(5.037)	(5.747)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	-	990
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	11.449	18.447	79.391

Nota: (1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos:	AT2000 Homens	AT2000 Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez:	Experiência da CAPEF – Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade:	Nenhuma	-

Notas: (1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,4	5,85	6,4
Taxa de inflação futura	4,5	4,5	4,5
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	14,33	14,16	9,90
Índice de aumento salarial real estimado	1,0	-	1,0
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,4

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos, em R\$ Mil

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	8.450	(47)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	70.563	(1.183)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

- o.2)** (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “b” desta nota;
- o.3)** Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e
- o.4)** Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a)** O patrimônio do FNE no montante de R\$ 35.549.756 mil (R\$ 31.429.925 mil em 30.06.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b)** O disponível do Fundo no valor de R\$ 4.208.851 mil (R\$ 3.341.269 mil em 30.06.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 209.623 mil (R\$ 142.741 mil em 30.06.2010).
- c)** A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1)** Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2)** Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3)** O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2011	Provisão em 30.06.2010
AA	3.096.456	-	-
A	10.677.225	26.829	23.130
B	8.215.265	41.005	32.299
C	537.495	8.091	7.097
D	464.668	23.281	46.790
E	254.600	39.096	34.065
F	268.565	67.170	67.212
G	201.036	81.572	78.195
H	1.904.893	962.353	813.832
TOTAL	25.620.203	1.249.397	1.102.620

- d)** Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 396.149 mil (R\$ 324.323 mil em 30.06.2010).
- e)** A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 481.873 mil (R\$ 406.741 mil em 30.06.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R\$ Mil:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	2.659
PROGER-URBANO -Investimento	17/2006	16.400
FAT – Infraestrutura	18/2006	264.675
PRONAF - Investimento	19/2006	1.473
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.631
PRONAF - Custeio	01/2007	3.309
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	23.533
PROTRABALHO - Investimento	04/2007	147.220
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	18.093

TOTAL	478.993
--------------	----------------

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 549.767 mil (R\$ 355.394 mil em 30.06.2010), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 27.601 mil (R\$ 19.895 mil, em 30.06.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT N° 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.378	5	105	10.773	10.878
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	16.520	614	2.335	61.477	63.812
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	103.839	10.043	23.565	255.435	279.000
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	222	7	102	678	780
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	83	3	31	146	177
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	22.635	101	1.321	177.350	178.671
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	3.531	510	142	16.307	16.449
TOTAL			148.208	11.283	27.601	522.166	549.767

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2010		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.657	10	383	12.698	13.081
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	13.363	387	1.473	62.881	64.354
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	3.460	278	7.096	54.442	61.538
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	166	5	96	987	1.083
PROGER – RURAL- Custeio	20/2006	RA	493	7	3	-	3
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	56	2	29	256	285
PROGER RURAL- Investimento	02/2007	RA	3.186	31	1	-	1
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	27.269	613	10.814	204.235	215.049
TOTAL			49.650	1.333	19.895	335.499	355.394

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos e gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descurar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fiança, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2011	30.06.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	25.613.596	23.042.821
Público	1.483.370	1.328.970
Privado	24.130.226	21.713.851
Comércio	2.518.902	2.171.477
Comércio Exterior	631.055	468.424
Habitação	242	241
Indústria	5.442.953	4.604.799
Infraestrutura	3.977.232	2.903.606
Intermediários Financeiros	383.900	523.069
Microfinança Urbana	868.758	588.809
Pessoas Físicas	192.011	158.939
Rural	5.749.275	6.283.956
Outros Serviços	4.365.898	4.010.531
OPERAÇÕES DE MERCADO	14.097.855	10.077.860
Títulos Públicos Federais	11.928.502	7.648.317
Operações Compromissadas	4.877.783	4.123.353
Outras	7.050.719	3.524.964
Depósitos Interfinanceiros	310.825	268.589
Outros Títulos e Valores Mobiliários	948.915	1.408.201
Outras Operações	909.613	752.753
DEMAIS ATIVOS	2.300.792	1.714.474
Valor Total das Exposições	42.012.243	34.835.155

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de mini-produtores rurais e micro-empresendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrosetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação. As operações acima de R\$ 5.000 mil, analisadas individualmente, importam em R\$ 6.497.122 mil na posição de 30.06.2011 (R\$ 5.321.319 mil em 30.06.2010). Para essas operações, foram recebidas garantias reais equivalentes a R\$ 2.143.112 mil em 30.06.2011 (R\$ 1.642.585 mil em 30.06.2010). Essas garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. A tabela a seguir demonstra o valor dessas garantias reais, por tipo, nas posições de 30.06.2011 e 30.06.2010, em R\$ Mil:

Garantias	Valor	
	30.06.2011	30.06.2010
Alienação Fiduciária de Bens Móveis	547.177	297.984
hipoteca	733.000	516.758
Penhor	862.935	827.843
Total	2.143.112	1.642.585

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;
- Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;
- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;
- Fluxo de caixa; e
- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a

base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	219,02	272,56
Média dos últimos 12 meses	240,80	237,00
Máximo dos últimos 12 meses	321,96	276,29
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15	192,29

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 30.06.2011 e 30.06.2010, em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	51.145	107.329	1.023.133	2.663.716	927.678
Depósitos Interfinanceiros	74.889	81.111	577.165	14.762	-
Operações Compromissadas	634.355	-	33.967	133.979	9.526
Total	760.389	188.440	1.634.265	2.812.457	937.204
Recursos Disponíveis	3.639.449				

Especificação	30.06.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	47.242	55.904	303.281	4.249.946	2.040.552
Depósitos Interfinanceiros	46.754	60.675	398.996	20.605	-
Operações Compromissadas	455.872	-	-	-	-
Total	549.868	116.579	702.277	4.270.551	2.040.552
Recursos Disponíveis	3.633.274				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

- 1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou
- 2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
- Realização de operações com a autoridade monetária;
- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas;
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
- Suspensão de concessão de limites operacionais;
- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;

- Renegociação de contratos com fornecedores; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

As providências recomendadas pelo grupo especial para gestão de crise de liquidez deverão estar em consonância com as políticas institucionais de atuação enquanto banco de desenvolvimento.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

- 1) *VaR* (*value at risk*) global, por carteira, por título e por indexador;
- 2) *Duration* global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;
- 3) Teste de estresse;
- 4) Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;
- 5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;
- 6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e
- 7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Límites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não-Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) Carteira de negociação (*trading book*): constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 30.06.2011, ficou quantificado em R\$ 130 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.731.000 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 30.06.2011, o VaR representou apenas 0,005% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) Carteira de não-negociação (banking book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco da carteira de não-negociação, relacionado às taxas de juros, aos índices de preços e à variação cambial, obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico:
- Desvio-padrão dos retornos;
- Prazo de manutenção da taxa: 1 ano;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela ANBIMA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	De 01.07.2010 a 30.06.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	16.715	43.387	90.299	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	537	721	1.367	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	395	13.169	30.543	374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	49.994	66.112	81.296	42.625
Especificação	30.06.2010	De 01.07.2009 a 30.06.2010		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	51.670	45.505	87.973	10.508
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	1.195	784	1.863	179
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	19.855	21.258	31.082	18.374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	16.927	32.810	54.453	16.048

c.2.2. Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não-negociação (CnN) para a posição de 30.06.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPré e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos-base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não – Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGPM	240,7	2,41	552,1	5,52	1.644,4	16,44
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(321,6)	(3,22)	(584,2)	(5,84)	(990,5)	(9,90)
	Cupom de TR	<i>sem estresse</i>		<i>sem estresse</i>		<i>sem estresse</i>	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	599,2	5,99	1.393,8	13,94	3.956,9	39,57

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em

30.06.2011, atreladas aos fatores de risco Juros Prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de (3,22) pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não-negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo em R\$ Mil:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	1.584.751	1.573.949	0,68%	1.563.293	1,35%
Carteira de Não-negociação						
Cupom de Dólar	Aumento na cotação do dólar	(14.510)	(15.682)	8,08%	(16.942)	16,76%
Cupom de IGP	Redução do índice	1.417.526	1.320.148	6,87%	1.222.769	13,74%
Cupom de IPCA	Aumento do índice	(85.094)	(94.474)	11,02%	(103.854)	22,05%
Cupom de TJLP	Aumento da taxa de juros	(1.842.592)	(1.932.253)	4,87%	(2.021.914)	9,73%
Cupom de TR	Aumento da taxa de juros	(1.353.511)	(1.353.642)	0,01%	(1.353.773)	0,02%
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.223.539	3.203.751	0,61%	3.099.644	3,84%

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3, e estão representadas em termos percentuais da respectiva carteira.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo, em R\$ Mil:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa de juros	<i>Swap</i> Pré x DI	(445.190)	(432.211)	(420.218)
		Ativo Prefixado	420.825	388.979	360.645
		Exposição Líquida	(24.365)	(43.232)	(59.573)
<i>Hedge</i>	Aumento de cotação de moeda estrangeira (ME)	<i>Swap</i> DI x Dólar	466.665	444.935	424.433
		Passivo em ME	(459.624)	(442.505)	(426.670)
		Exposição Líquida	7.041	2.430	(2.237)

Na data-base de 30.06.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap Pré x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* pré x DI consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap DI x Dólar

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Dólar consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados pelo Banco, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicado ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basiléia

Por meio das Resoluções Nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das *commodities* (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 17,23% (13,78% em 30.06.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.515.788 mil (R\$ 3.067.846 mil em 30.06.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.833.292 mil em 30.06.2011 (R\$ 2.432.575 mil em 30.06.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.067.846
. Nível I	2.277.169	2.019.760
. Nível II	2.238.619	1.048.086
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.833.292	2.432.575
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.433.749	2.089.197
. Parcela PJUR	537	1.195
. Parcela PCOM	395	19.855
. Parcela POPR	398.611	322.328
c) Valor do RBAN	49.994	16.927
Margem (a-b-c)	1.632.502	618.344
Índice de Basiléia (Circ.BACEN Nº 3.477, de 28.12.2009)	17,53%	13,87%
Índice de Basiléia (Incluindo Valor RBAN)	17,23%	13,78%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.067.846
. Nível I	2.277.169	2.019.760
(+) Patrimônio Líquido	2.305.694	2.060.753
(-) Reservas de Reavaliação	26.231	29.283
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	2.003	2.496
(-) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	8.923
. Nível II	2.238.619	1.048.086
(+) Reservas de Reavaliação	26.231	29.283
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.073.804	-

(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.157.058	1.049.574
(+) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	8.923
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	18.474	39.694

⁽¹⁾ O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em julho de 2009 e em junho de 2010, o Banco celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo BACEN a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basiléia da Instituição.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	525.012	526.826
TOTAL	525.012	526.826

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	549.767	355.394
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.133.879	1.468.335
Tesouro Nacional	1.035	1.114
BNDES	1.048.397	785.416
FINAME	84.447	27.852
Outras Instituições (Nota 9.a.1)	-	653.953
Outras Obrigações	6.441.683	4.393.424
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.d)	4.210.821	3.343.850
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.073.804	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.157.058	1.049.574
TOTAL	8.125.329	6.217.153

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.g)	918.884	1.076.944
CAPEF	467.499	803.581
CAMED	451.385	273.363
TOTAL	918.884	1.076.944

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Benefícios de Curto Prazo	1.660	1.434
Honorários	1.221	1.098
Diretoria	1.037	945
Conselho de Administração	96	85
Conselho Fiscal	88	68
Outros	221	168
Participação no Lucro	218	168
TOTAL	1.660	1.434
Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Benefícios Pós-Emprego	91	13
TOTAL	91	13

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Créditos Abertos para Importação	167.939	22.215
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.220	110.318
- FNE	12.996.617	11.259.728
- Outras Entidades	41.581	21.531
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.193	33.469

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 407.876 mil (R\$ 386.780 mil em 30.06.2010) assim distribuídos:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Bens Móveis	135.941	123.795
Bens Imóveis	267.915	261.828
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	-
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	407.876	386.780

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 5 de agosto de 2011.

Fortaleza, 05 de Agosto de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de

seis meses findo naquela data e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2011, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 5 de agosto de 2011, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no 1º semestre de 2011.

Fortaleza (CE), 5 de agosto de 2011.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º. Semestre de 2011

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê

No 1º. Semestre de 2011, dentro de sua missão institucional, atuou focado no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, na revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis e no desempenho da Ouvidoria do Banco.

Dentro das atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria manteve acompanhamento das demandas oriundas dos órgãos de fiscalização e controle externo, inclusive daquelas originadas do referido Conselho.

O Comitê de Auditoria realizou 16 reuniões no semestre, sendo 12 ordinárias e 4 extraordinárias, tendo como pauta assuntos relacionados com as áreas citadas. Além dos eventos mencionados, o Comitê de Auditoria manteve contatos e reuniões de trabalho com diversos gestores do Banco, inclusive Conselho Fiscal, tendo participado de nove reuniões com o Conselho de Administração.

Ao longo do período, o Comitê de Auditoria efetuou análises dos relatórios e das informações mensalmente disponibilizados pela área financeira. Ao final do semestre, revisou com representantes da área contábil, Auditoria Independente e Conselho Fiscal o conjunto das demonstrações contábeis, na posição de 30.06.2011. Juntamente com os membros do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Dentre as principais realizações no semestre cabe destacar o acompanhamento das seguintes atividades:

- Ø Implantação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, operacional e de mercado, seguindo cronogramas estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, dentro do Acordo de Capital – Basileia II;
- Ø Demandas do Conselho de Administração e recomendações feitas à Diretoria do Banco;
- Ø Implementação de recomendações apresentadas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente e órgãos de controle externos.

Controles Internos.

O Banco vem estruturando seu sistema de controles buscando a integração de diretrizes voltadas para o fortalecimento dos controles internos, segurança e gestão de riscos.

Periodicamente, tal estrutura é revisada e atualizada, com o intuito de mantê-la apta a minimizar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Nesse aspecto, vem desenvolvendo ações para concluir a implantação das estruturas de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito e de mercado. Dessa forma, visa a atender recomendações contidas no Acordo de Capital Basileia II e cumprir o cronograma estabelecido em normas emitidas pelo BACEN.

A conclusão das citadas providências elevará o grau de aperfeiçoamento do processo de mitigação da exposição do Banco aos riscos que lhes são inerentes, com reflexos positivos na consecução de seus objetivos empresariais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna vem desenvolvendo suas atividades com qualidade satisfatória, buscando adequar-se ao porte e à complexidade das operações do Banco.

No período, atuou observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo as instruções dos órgãos federais de controle, e encaminhado à Controladoria Geral da União, depois de aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Auditoria Independente

No exame dos pareceres e relatórios emitidos durante o semestre pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua independência, o resultado e a qualidade dos trabalhos por ela realizados.

Demonstrações Contábeis

O Comitê de Auditoria analisou o conjunto das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data base de 30.06.2011. Também analisou os Pareceres emitidos pelo Auditor Independente sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Examinadas e discutidas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários a elas relacionadas.

Fortaleza (CE), 05 de agosto de 2011

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Posição: 30.06.20011

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO	
		30.06.2011	30.06.2010		
CIRCULANTE		11.436.515	10.039.581	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.549.756
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	1.428.096	809.060	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:	31.429.925
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.780.755	2.532.209	No Semestre	2.625.616
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.368	70.863	Em Exercícios Anteriores	28.854.696
Crédito Rural - Proagro a Receber		3.716	2.546	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	387.353
Devedores por Repasses-Outras Instituições		75.652	68.317	RESULTADO DO SEMESTRE	(401.826)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	7.145.995	6.624.636		
Financiamentos		1.886.113	1.869.467		
Financiamentos a Exportação		268.048	372.750		
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		507.484	365.919		
Financiamentos Agroindustriais		186.279	200.539		
Financiamentos Rurais		4.652.826	4.251.961		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(354.755)	(436.000)		
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.6)	1.969	2.582		
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		1.969	2.582		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	332	231		
Títulos de Cobertura do Proagro		4	0		
Títulos da Dívida Agrária		388	343		
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(60)	(112)		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		24.113.241	21.390.344		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.297.106	1.204.466		
Crédito Rural - Proagro a Receber		976	2.634		
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9º-A	(Nota 13)	1.157.058	1.049.574		
Devedores por Repasses-Outras Instituições		139.072	152.258		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	22.814.989	20.184.573		
Financiamentos		8.442.985	6.911.119		
Financiamentos a Exportação		7.351	690		
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		4.415.924	3.439.067		
Financiamentos Agroindustriais		851.405	801.206		
Financiamentos Rurais		9.857.582	9.896.243		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(760.258)	(863.752)		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.146	1.306		
Títulos de Cobertura do Proagro		0	0		
Títulos da Dívida Agrária		1.659	1.914		
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(513)	(608)		
TOTAL DO ATIVO		35.549.756	31.429.925	TOTAL DO PASSIVO	35.549.756
					31.429.925

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R\$ Mil)

		1º Sem/2011	1º Sem/2010
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 8.g)	118.491	525.937
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	209.623	142.741
DESPESAS			
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(481.873)	(406.741)
De PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(38.955)	(34.151)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....		(209.082)	(260.664)
De Auditoria.....		(30)	(40)
PREJUÍZO DO SEMESTRE.....		(401.826)	(32.918)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS AS DA UNIÃO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2009		28.854.696	600.232	29.454.928
Transferências da União no Semestre.....	(Nota 10)	2.033.706	0	2.033.706
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	(25.791)	(25.791)
Prejuízo do Semestre.....		0	(32.918)	(32.918)
SALDOS EM 30.06.2010.....		30.888.402	541.523	31.429.925
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.033.706	(58.709)	1.974.997
SALDOS EM 31.12.2010.....		32.938.613	388.018	33.326.631
Transferências da União no Semestre.....	(Nota 10)	2.625.616	0	2.625.616
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	(665)	(665)
Prejuízo do Semestre.....		0	(401.826)	(401.826)
SALDOS EM 30.06.2011.....		35.564.229	(14.473)	35.549.756
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.625.616	(402.491)	2.223.125

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2011	30.06.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Semestre.....	(401.826)	(32.918)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	209.082	260.664
Prejuízo Ajustado.....	(192.744)	227.746
Relações Interfinanceiras.....	(45.029)	(424.255)
Operações de Crédito.....	(1.832.775)	(2.021.152)
Outros Créditos.....	1.159	(83)
Outros Valores e Bens.....	155	270
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(665)	(25.791)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.877.155)	(2.471.011)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	2.625.616	2.033.706
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.625.616	2.033.706
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	555.717	(209.559)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	3.653.134	3.550.828
No fim do Semestre.....	4.208.851	3.341.269
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	555.717	(209.559)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste
Nota 3 – Administração	Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 4 – Diretrizes Contábeis	Nota 11 – Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 - Fiscalização	Nota 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito
Nota 6 – Auditoria Externa	Nota 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º- A, da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 7 – Isenção Tributária	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009 e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco do Nordeste na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários prevêm que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário

Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

- a.3)** A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 3% a.a.;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto Nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução Nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do PROFROTA com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco do Nordeste faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco do Nordeste de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, Incisos I a IV, e determina o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ao prêmio de performance sobre reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria Nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional; e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido e Emergencial, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem e o prêmio de performance sobre os reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8).
- b.3)** A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis Nº 9.138, de 29.11.1995, Nº 10.437, de 25.04.2002 e Nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução Nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes

financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

- b.5)** A Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do PRONAF, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005.
- b.7)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações financeiras, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 7 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido e PRONAF-Emergencial/Enchentes/Estiagem, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;

- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
 - Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.
- b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir, em R\$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Saldo Inicial da Provisão p/ Perdas em Operações de Créditos	1.218.591	1.300.349
. Risco Integral do FNE	953.269	1.029.846
. Risco Compartilhado	265.322	270.503
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	209.704	262.132
Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322	(18.119)	(426)
. Risco Integral do FNE	(18.119)	(426)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	227.823	262.558
. Risco Integral do FNE	151.186	163.725
. Risco Compartilhado	76.637	98.833
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	(313.282)	262.728
. Risco Integral do FNE	(207.778)	169.831
. Risco Compartilhado	(105.504)	92.897
(=) Saldo Final da Provisão p/ Perdas em Operações de Crédito	1.115.013	1.299.753
. Risco Integral do FNE	878.558	1.023.314
. Risco Compartilhado	236.455	276.439

- c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do período estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322” no quadro da alínea “b” desta Nota; e
 - d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registradas em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 78.039 mil, sendo R\$ 54.801 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e de R\$ 23.238 mil às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 99.731 mil resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 60.559 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 39.172 mil referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 9.658 mil, sendo R\$ 8.606 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.052 mil referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “b” desta Nota.
- e) A Portaria Interministerial Nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- e.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registradas em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
 - e.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 34.708 mil, sendo R\$ 23.337 mil referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 11.371 mil às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 25.272 mil decorrente de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 16.207 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 9.065 mil referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão foi de R\$ 17.657 mil, sendo R\$ 9.502 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 8.155 mil referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Créditos” do quadro apresentado na alínea “b” desta Nota.

f) As renegociações formalizadas no semestre com base nas Leis N°s 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória N° 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei N° 12.249, de 11.06.2010, diminuíram o resultado do Fundo em R\$ 344.303 mil (R\$ 19.135 mil em 30.06.2010). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir, em R\$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	29.910	32.558
Despesas - Bônus e Dispensas	(529.559)	(45.444)
Efeito Líquido em Provisões	155.346	(6.249)
Efeito Líquido Final	(344.303)	(19.135)

g) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição, em R\$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Operações de Crédito	1.263.844	1.089.226
Despesa de <i>del credere</i> do Banco do Nordeste	(396.149)	(324.323)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.927)	(1.955)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(2.139)	(1.366)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(495.269)	(2.131)
Despesas de Descontos Ops. Progr. Recuperação Lavoura Cacaueira Lei N° 11.775, de 17.09.2008	-	(501)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(227.203)	(232.210)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repases Lei 7.827-Art. 9º-A	(6.315)	(327)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repases a Outras Instituições	(33)	(41)
Despesas de Rebate Principal Ops. c/Rec. FAT-BNDES - Lei N° 10.193, de 14.02.2001	(4)	(238)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei N° 11.322, de 13.07.2006	(39)	(197)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei N° 12.249, de 11.06.2010	(9.920)	-
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei N° 12.249, de 11.06.2010	(6.342)	-
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(13)	-
T O T A L	118.491	525.937

⁽¹⁾ O valor registrado em 30.06.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei N° 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no primeiro semestre de 2011.

NOTA 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste

- a) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial N° 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Art. 5º da Portaria Interministerial N° 11.
- c) No período, o Banco do Nordeste devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 107.235 mil (R\$ 93.753 mil em 30.06.2010), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

NOTA 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2011, de R\$ 665 mil (R\$ 25.791 mil em 30.06.2010), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 11 - Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial N° 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei N° 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- a) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

- b) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- c) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III;
- d) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do PRONAF realizadas com risco da União;
- e) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;
- f) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos pré-fixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 41.424 mil, ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir, em R\$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	40.324
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	642
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Ops. Res. 2.471)	458
TOTAL	41.424

Ainda ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco do Nordeste, no montante de R\$ 15.554 mil, conforme a seguir discriminado, em R\$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos Outras Fontes/FNE)	6.540
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	6.789
Art. 31 (Operações do FAT)	2.225
TOTAL	15.554

Levantamento efetuado pelo Banco do Nordeste indica os seguintes valores passíveis de transferência para o FNE com base nos Artigos 7º e 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, na posição de 30.06.2011, em R\$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	261.131
Art. 31 (Operações com <i>mix</i> de recursos do FNE)	497.443
Art. 31 (Operações com recursos do FAT)	123.295
TOTAL	881.869

NOTA 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

Em 16.06.2010, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, aprovou o enquadramento de operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R\$ 400.000 mil, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na categoria de dívida subordinada, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007.

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, incluindo a operação no valor de R\$ 600.000 mil, contratada no exercício de 2009, apresentava a seguinte composição, na posição de 30.06.2011, em R\$ Mil:

Discriminação	Valor
Recursos Disponíveis	326.846
Recursos Aplicados	830.212
TOTAL	1.157.058

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

Fortaleza, 05 de Agosto de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE ("Fundo" ou "FNE"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Fundo Constitucional de

Financiamento do Nordeste - FNE em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

Ênfase

A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, instituiu, entre outras, medidas de remissão (perdão de dívidas) e de estímulo à liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Tais medidas são estendidas às: i) operações lastreadas em recursos do FNE; ii) em recursos mistos do FNE com outras fontes; iii) recursos de outras fontes efetuadas com risco da União; ou iv) operações realizadas no âmbito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). As liquidações de dívidas com descontos são condicionadas à manifestação e pagamento de parcela do saldo devedor pelo mutuário. O Fundo vem procedendo ao estabelecido na referida Lei nº 12.249/10, uma vez que os montantes correspondentes às remissões já foram registrados contabilmente. Os efeitos referentes às liquidações de dívidas, que resultarão nas suas demonstrações financeiras só serão totalmente conhecidos quando da finalização desses processos de liquidações de dívidas.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Jurandir Vieira Santiago (Vice-Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Valter Correia da Silva – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco) – Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) — Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação)

CONSELHO FISCAL: Rodrigo Silveira Veiga Cabral (Presidente) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Cláudio Xavier Seefelder Filho – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis

SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7
